

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História - HIS
Monografia de Conclusão - Curso de Graduação
Professor Orientador: Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

**“CIDADE LIVRE, ERGUE ALTANEIRA O TEU PENDÃO DE PIONEIRA!”: A LUTA
DOS CANDANGOS PELA FIXAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE**

Matheus Cosme de Souza

Brasília
2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História - HIS

**“CIDADE LIVRE, ERGUE ALTANEIRA O TEU PENDÃO DE PIONEIRA!”: A LUTA
DOS CANDANGOS PELA FIXAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE**

Matheus Cosme de Souza

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciatura em História, sob a orientação do professor Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról.

Banca realizada no dia 09 de dezembro de 2025. Membros da Banca: Dra. Cecília Soares Mombelli e M.e. Diego Martins dos Santos Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família que me apoiou e me guiou por todo esse tempo. A eles, devo minha eterna gratidão, por me confortar e me dar forças para buscar um futuro melhor para nós. Em especial meus pais, que desde cedo me mostraram a importância da educação.

Agradeço ao meu irmão, por me inspirar com seu sucesso e me deixar acreditar que eu poderia, com afinho e esperança, almejar o mesmo êxito que ele um dia alcançou. Agradeço a minha namorada, por dividir sonhos e objetivos comigo, espero que logo menos alcancemos tudo o que queremos, sei que podemos.

Agradeço aos meus amigos, que vivenciaram comigo, entre matrículas, trancamentos, angústias, bares e sucessos, toda essa experiência na Universidade de Brasília. Também quero expressar minha gratidão a todo o corpo docente de história desta universidade, que possibilitaram o acesso do conhecimento a seus alunos. Em especial, gostaria de agradecer à Prof. Dr. Ione de Fátima Oliveira, a qual tive o prazer de ser aluno.

Agradeço também ao Arquivo Público do Distrito Federal e a todo seu corpo de servidores. Ali, estagiando por dois anos, pude vivenciar um pouco da experiência de um historiador em um arquivo.

Agradeço a todos os orientadores que tive durante minha graduação. Muito obrigado, Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal, Prof. Dr. Mateus Gamba Torres e Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról por me guiarem no processo de pesquisa e escrita de trabalhos.

Por último mas não menos importante, agradeço, também, a todos aqueles que estão sempre lutando para alcançar seus sonhos, como a população da Cidade Livre conseguiu alcançar com muito suor e resistência. Espero que este trabalho possa trazer uma honrosa homenagem a esses sonhadores.

Espera-se que alguém um dia escreva a história da Cidade Livre com todos os detalhes dessa luta que ela empreende pela sua sobrevivência. Temos a certeza de que muitos dos seus inimigos de hoje tremerão de remorso, amanhã.

Correio Braziliense, 12 de agosto de 1961

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma a mobilização da população da Cidade Livre contribuiu para a fixação desse núcleo. Ao longo de 1961, o local enfrentou tentativas de desestabilização e erradicação promovidas pela Prefeitura do Distrito Federal. No entanto, graças à intensa atuação dos moradores, à cobertura da imprensa e ao apoio de parlamentares, foi possível garantir, no ano seguinte, a tão almejada permanência desse território. Dessa forma, o estudo busca compreender as representações da resistência popular a partir de depoimentos orais e registros jornalísticos. Além disso, investiga-se o posicionamento do Congresso Nacional diante dessa luta pela fixação do Núcleo Bandeirante, evidenciando as perspectivas e experiências das populações marginalizadas que resistiram ao despejo de suas moradias.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade livre, imprensa, mobilização popular, Congresso Nacional.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the mobilization of the population of Cidade Livre contributed to the consolidation of this settlement. Throughout 1961, the area faced attempts at destabilization and eradication by the Prefeitura do Distrito Federal. However, thanks to the strong engagement of residents, the support of the press, and the backing of members of Congress, it was possible to secure, in the following year, the long-awaited permanence of this territory. Thus, the research seeks to understand representations of popular resistance through oral testimonies and journalistic records. In addition, it investigates how the Congresso Nacional positioned itself in this struggle for the establishment of Núcleo Bandeirante, highlighting the perspectives and experiences of marginalized groups who resisted the eviction from their homes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - A segregação denunciada.....	13
CAPÍTULO II - A Cidade Livre no Parlamento.....	27
CONCLUSÃO.....	42
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como as mobilizações da população da Cidade Livre¹ foram capazes de tornar possível a fixação do núcleo frente às tentativas de erradicação pela Prefeitura do Distrito Federal². Resultado de uma intensa campanha governamental para que toda a população do Brasil viesse auxiliar na construção da nova capital, nasceu, às margens de Brasília, um núcleo provisório, denominado Cidade Livre — ou Núcleo Bandeirante.

Os migrantes foram fundamentais para que o projeto de interiorização da capital saísse do papel. Entretanto, viveram uma realidade em que suas moradias poderiam ser derrubadas e seus moradores enviados para diferentes lugares. A Prefeitura do Distrito Federal, tinha a posição de que, assim que Brasília fosse inaugurada, a Cidade Livre seria demolida. Desse modo, é visível que, para aquela população, não havia nenhum projeto para que eles fossem integrados ao Plano Piloto.

Seria uma tarefa complexa remover da localidade a expressiva população residente, bem como os comércios já consolidados, responsáveis pelo abastecimento de alimentos, materiais de construção e pela oferta de diversos hotéis existentes no território. Além do grande número populacional, esses indivíduos mostraram uma enorme mobilização para que sua cidade fosse mantida. Nesse panorama, surge o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, que foi fundamental para manter viva a luta por moradia.

A construção de Brasília é vista pelo senso comum ora exaltando seu aspecto modernista ora enaltecendo a nova capital que traria para o Brasil um futuro de grande progresso. Nestas visões, muitas vezes se silenciam e se apagam histórias de grande importância do que passaram os pioneiros no início desta cidade.

Explorando cenários que por vezes são deixados de lado ou apagados frente às grandes narrativas, esta pesquisa está inserida numa perspectiva da “história vista de baixo”³. Os movimentos populares na construção de Brasília encaixam-se perfeitamente nessa

¹ Era um grande núcleo provisório durante a construção de Brasília, cuja população era em boa parte formada por comerciantes. A Cidade Livre tinha esse nome devido a um acordo com o governo de que seriam isentos de impostos os moradores desta região com a finalidade de trazer o investimento comercial a essa cidade. Atualmente chamada de Núcleo Bandeirante

² A Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal a partir da inauguração de Brasília. Conforme a Lei, o Poder Executivo no novo DF seria exercido por um Prefeito auxiliado por Secretários-gerais. Definiu, também, que a estrutura administrativa da Prefeitura do DF seria estabelecida por meio de decretos expedidos pelo Prefeito.

³ Conceito que defende a necessidade de uma perspectiva que sirva de contraponto às histórias oficiais, das grandes narrativas. Um dos primeiros a discutir essa problemática foi o historiador inglês e marxista Edward Palmer Thompson

concepção, visto que são colocados em um nível secundário de importância. A história oficial de Brasília, muitas vezes resume esse passado aos monumentos arquitetônicos, à modernidade, ao progresso, além de exaltar grandes nomes, como o de Juscelino Kubitschek⁴, de Lúcio Costa⁵, e de Oscar Niemeyer⁶.

Como contraponto a essas narrativas, proponho analisar a história de Brasília por um outro viés. Almejo “explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história”⁷(SHARPE, 1992, p. 41).

Assim, a mobilização da população da Cidade Livre traz uma história de um dos movimentos sociais presentes na nova capital, uma narrativa ainda pouco explorada pela historiografia brasileira. Segundo Jim Sharpe, a abordagem da história vista de baixo consegue preencher duas lacunas (SHARPE, 1992, p. 53-54). A primeira função seria a de contrapor a história da elite, ou seja, mostrar que a história de Brasília envolve tanto a história oficial, quanto a história de movimentos populares como o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante. A outra função ressaltada pelo autor, é a de oferecer uma narrativa mais rica na compreensão do contexto histórico, pois explorando uma história diferente da tradicional, tem-se uma soma de perspectivas.

Consoante a isso, ao se depararem com narrativas invisibilizadas e silenciadas, Walter Benjamin defende a função política dos historiadores de se oporem à história oficial. (VENTURA, 2020, p. 2) Nesse sentido, é necessário que se combata o apagamento das narrativas esquecidas causado pelo domínio da história tradicional. Para que haja uma reparação na maneira como a história de Brasília foi escrita, é imprescindível que a historiografia produza progressivamente mais estudos sobre outras perspectivas. Ao construir uma história pautada pelo progresso, oprimem-se as histórias que não se encaixam nessa conjuntura. Assim,

abre-se ao historiador-anjo a oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido, esquecedor seletivo de memórias invisibilizadas por uma noção de progresso enquanto trajetória humana que segue irresistivelmente para frente, sem

⁴ Político e Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina no ano de 1902. Foi prefeito de Belo Horizonte, deputado federal e governador de Minas Gerais. Tido como um dos principais presidentes do Brasil, é um dos protagonistas da construção de Brasília com seu lema “Cinquenta anos em cinco”.

⁵ Conhecido por seu projeto do Plano Piloto de Brasília, Lúcio Costa foi um dos principais urbanistas do Brasil. Nasceu em Toulon, em 27 de fevereiro de 1902 e faleceu aos 96 anos no Rio de Janeiro

⁶ Conhecido mundialmente, Oscar Niemeyer foi um renomado arquiteto brasileiro nascido no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1917. Projetou diversas construções monumentais em Brasília, como a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida. Viveu até seus 104 anos, quando faleceu no ano de 2012.

⁷ Jim Sharpe define como a história vista de baixo propõe analisar as experiências históricas no livro organizado por Peter Burke: A Escrita da História

que se possa parar um segundo para acordar os mortos. (VENTURA, 2020, p. 6)

Portanto, a realização deste trabalho trará não só uma possibilidade de articular a memória das pessoas comuns, assim como de representar as perspectivas e experiências das pessoas marginalizadas durante a construção de Brasília

Como cerne principal para a realização deste trabalho serão analisados no primeiro capítulo o *Jornal da Cidade Livre* e os depoimentos coletados pelo Programa de História Oral sobre a Formação do Núcleo Bandeirante. Este jornal é uma coluna presente no *Correio Braziliense* durante o ano de 1961. Era uma forma de resistência popular frente à tentativa de erradicação da Cidade Livre. Publicado pela primeira vez no dia três de junho de 1961, em um diário que se tornaria um dos principais jornais do Brasil veiculados no Distrito Federal, e presente quase diariamente até o mês de agosto do mesmo ano, esta coluna reivindicava principalmente moradia e direitos básicos para os habitantes do núcleo. O redator responsável por essa coluna era “Humberto Freire Queiroz”⁸, sobre quem não foi possível encontrar muitas informações.

Serão observados as aparições que se destacam pela importância de seu conteúdo: denúncias e críticas contra o despejo da população da Cidade Livre pela Prefeitura do Distrito Federal; atuações do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante; formas de mobilização dos pioneiros e apelos públicos a autoridades. Sobre o jornal, deverá ser investigada ausência de publicações, a forma de patrocínio da coluna, os responsáveis pela publicação e o público a quem se destinava.

Outra fonte primária de extrema importância, serão os depoimentos coletados pelo Programa de História Oral sobre a Formação do Núcleo Bandeirante, pertencentes ao Arquivo Público do Distrito Federal. Neste programa foram entrevistadas dezenove personalidades diferentes com variadas opiniões sobre alguns temas como: dados biográficos; origem familiar, formação acadêmica e profissional; longo relatos sobre sua vinda para Brasília; considerações sobre a pró-fixação do Núcleo Bandeirante; relatos sobre a transferência das populações indesejadas pelo governo; atuação política; Núcleo Bandeirante ontem e quando foram coletados os depoimentos.

Com a junção dessas duas fontes é possível fazer uma comparação entre o que se noticia na coluna e o que é relatado nos depoimentos. Desta maneira, ambas as contribuições

⁸ Além de jornalista, Humberto F. Queiroz (como é frequentemente citado no *Correio Braziliense*) foi também vice-presidente da Associação dos Cronistas Carnavalescos (ACCB). Exceto essas informações, não foi possível encontrar mais nenhum dado sobre este redator.

serão imprescindíveis para uma mais rica história da Cidade Livre. Tanto o *Jornal da Cidade Livre* quanto os relatos orais são fontes de grande relevância para a construção deste trabalho, pois são produzidas por quem participou ou viveu o contexto histórico analisado.

Por outro lado, no segundo capítulo, investiga-se como o Congresso Nacional observava a questão do Núcleo Bandeirante. Entre diferentes opiniões e pontos de vista, deputados e senadores divergem sobre o que deveria ser feito com a Cidade Livre. Enquanto alguns se preocupavam com a violência sofrida pelos moradores e com a falta de assistência pública, outros viam na fixação ou na erradicação da cidade uma oportunidade de obter vantagens pessoais, além de tornar o Distrito Federal mais “organizado” e “agradável” aos olhos de quem o visitasse.

O debate era complexo. Alguns parlamentares acreditavam que acabar com a Cidade Livre seria a única forma de garantir, no futuro, um crescimento populacional mais controlado e planejado. Mesmo assim, defendiam que esse processo de remoção e transferência dos moradores precisava ser feito com mais responsabilidade por parte da Prefeitura. Por outro lado, havia quem apoiasse a permanência do núcleo, com melhorias no saneamento básico, no abastecimento de água e na energia elétrica. Para esses, remover toda a população seria uma medida cara, difícil e desnecessária.

Já como fontes secundárias, serão utilizados alguns livros e artigos que explorem a temática da realidade em que viviam os candangos durante a construção de Brasília. Nesse sentido, os livros *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos* e *Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia*, ambos do historiador Edson Beú mostram-se fundamentais. Neste último, é abordado o crescimento da população da Cidade Livre, assim como as dificuldades enfrentadas por ela durante a tentativa de impedir a extinção do núcleo provisório. Como uma das principais demonstrações de força, foi criado o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante.

São relatadas também, as maneiras de ação da Prefeitura no processo de erradicação da Cidade Livre, como a proposta de transferência dos moradores para o Gama ou Taguatinga, cidades-satélites já inauguradas. Além disso, resalta-se a mudança de postura do Presidente Jânio Quadros, que antes da eleição prometia aos moradores do Núcleo Bandeirante que faria daquele núcleo uma nova “Vila Maria”, com medidas de urbanização e fixação, porém, ao se tornar presidente, tornou-se opositor da reivindicação dos moradores.

O artigo denominado *Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista*, de autoria de Nair Heloísa Bicalho de Sousa

também subsidia a pesquisa. Nele, Bicalho mostra como se organizou o Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, trazendo maneiras e ações que possibilitaram a resistência às ofensivas da Prefeitura. Do mesmo modo, são elucidados, por meio de depoimentos orais de próprios integrantes, algumas ideologias e processos realizados por eles nessa resistência. É abordado como os integrantes do movimento pensavam sobre o Presidente Jânio Quadros e o Prefeito Paulo de Tarso, sendo ambos considerados traidores pelos manifestantes.

Além disso, é relatado como era feita a organização do movimento, de maneira democrática, unificada e separada em comissões para quase todas as diferentes questões que o envolviam. Entre as maneiras de ação, destaca-se a ligação que o MPFUNB conseguiu estabelecer com o Congresso Nacional, principalmente com o Deputado Breno da Silveira, autor do Projeto de Lei que fixou a Cidade Livre.

Por conseguinte, é ressaltado o processo em que foi culminando o fim do MPFUNB, sendo a queda de João Goulart e o sucesso da lei de fixação um dos pontos principais. O artigo de Nair Bicalho ainda explica um pouco do sentimento que os indivíduos do movimento tinham pela Cidade Livre, sendo explorada a solidariedade, a união, e o sentimento de pertencimento desses moradores à Cidade. Por fim, é importante que se destaque a força que essa mobilização teve durante esse período, sendo responsável pela continuidade de alguns prédios da Cidade Livre, como o Ginásio Brasília, alvo da tentativa de demolição da Prefeitura.

Também de extrema importância é o livro: O Brasil Republicano vol. 3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964), de Jorge Ferreira e Lucilia Delgado. Esta obra nos traz uma contextualização muito importante. Ela analisa o Brasil durante o período de 1945 a 1964, trazendo uma visualização dos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Do mesmo modo, o livro: A Construção da Nacionalidade, um meio para muitos fins (1956-1961), de Vânia Maria Losada Moreira, aborda como a construção da nova capital pode ser analisada por diversas nuances e objetivos diferentes.

Por fim, este trabalho objetiva investigar de que maneira o *Jornal da Cidade Livre*, assim como os depoimentos orais e os discursos proferidos no Congresso Nacional possibilitaram uma intensa mobilização, que resultou na fixação do Núcleo Bandeirante. Além disso, procura compreender como atuava o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, analisando sua estrutura, suas formas de mobilização e sua influência nas

decisões políticas do período. Outro objetivo é examinar o tratamento dispensado pela Prefeitura do Distrito Federal aos moradores da Cidade Livre durante todo esse contexto, observando as medidas adotadas e suas consequências para a população local. Também pretende-se destacar algumas das pessoas que tiveram papel essencial na luta pela fixação do Núcleo Bandeirante.

CAPÍTULO I – A segregação denunciada

Como um sinônimo de progresso que a mudança traria para o futuro do Brasil, a transferência da capital para o interior do país transformaria os panoramas econômico, social, político e administrativo brasileiro. Defendida pelo Presidente Juscelino Kubitschek como um dever constitucional, a construção de Brasília no centro do país afirmava uma nova maneira de governo: agora, o Brasil não seria mais governado de “costas para o interior”, mas sim, de “costas para o mar”⁹. Com um discurso motivacional e apelativo, JK exaltava a responsabilidade dos jovens em aceitarem o “chamado de grande nação”¹⁰ para a construção da nova capital. Desta maneira, em um discurso no Congresso dos Municípios Mineiros sobre a mudança da capital da República ele defendeu que:

Só conhecerá o País a verdadeira grandeza no dia em que dominarmos os grandes vazios interiores, plantando cidades, rasgando estradas, levando o progresso técnico aos rincões remotos e explorando-lhes as imensas riquezas. E Brasília é o grande passo para esse mundo futuro. Nada poderá deter esse passo. Nada obstará a marcha do país para a conquista de si mesmo, que é a ocupação efetiva de suas grandes áreas internas¹¹

Esperando concretizar a inauguração da nova capital antes do fim de seu mandato presidencial, Juscelino contava com a colaboração de grande parte da população do Brasil. Em busca de perspectivas de uma vida melhor, e entusiasmados com o discurso presidencial, vieram construir Brasília brasileiros de toda parte do país. Dessa forma, como resultado do lema de governo '50 anos em cinco'¹² e do ritmo acelerado adotado durante a construção — conhecido como 'ritmo Brasília'¹³ —, a cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Por outro lado, a Cidade Livre, um dos principais pontos de estadia e moradia para aqueles que vieram construir a capital, se desenvolveu de maneira muito intensa. Com um loteamento iniciado em 1956 para abrigar os “não-governamentais”¹⁴ e comerciantes¹⁵, essa região foi a grande responsável por manter o abastecimento de alimentos, de lazer e de

⁹ (Brasília, Ano I, Núm. 2)

¹⁰ (Brasília, Ano I, Núm. 3)

¹¹ (Brasília, Ano I, Núm. 4)

¹² Trata-se do lema de governo de Juscelino Kubitschek, que expressava a ambição de promover um crescimento acelerado e a modernização do país. Segundo essa proposta, o Brasil deveria avançar, em apenas cinco anos, o equivalente a cinquenta.

¹³ Durante a construção de Brasília, o trabalho foi conduzido com extremo rigor, intensidade e jornadas abusivas. A determinação e exploração dos operários, aliada ao empenho do presidente Juscelino Kubitschek, foi fundamental para que o projeto fosse concluído dentro do prazo estabelecido.

¹⁴ Indivíduos que vieram para auxiliar na construção de Brasília mas não faziam parte diretamente do governo

¹⁵ BEÚ, Edson. Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia/ Edson Beú - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 48.

serviços básicos. Além disso, por um momento, houve um acordo entre JK e os candangos de que aqueles que quisessem estabelecer seu comércio na Cidade Livre não necessitavam pagar impostos.¹⁶ Daí vem o nome da cidade — apesar de também ser chamada comumente de Núcleo Bandeirante. Como resultado, esta cidade teve por um longo período um desenvolvimento maior do que vários municípios brasileiros¹⁷. Há de ser ressaltado que segundo o Censo Experimental de 1959¹⁸ realizado em Brasília pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, havia na Cidade Livre incríveis 11.565 habitantes.



Figura 1: Cidade Livre 1956-1961, Arquivo Público do Distrito Federal, NOV-D-4-4-B-1 (139)

Desde seu estabelecimento, a Cidade Livre sempre foi considerada pela Prefeitura do Distrito Federal um núcleo provisório. Por isso, foi determinado pela Novacap¹⁹ que deveriam ser construídos na região apenas imóveis de madeira, para que fossem facilmente demolidos. Apesar de que sua expansão foi rápida, a oferta de moradias não supriu a demanda, de modo que

¹⁶ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Movimento **Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. (p. 204-205). In: PAVIANI, Aldo. A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

¹⁷ Correio Braziliense, ano 1960, Edição 00001 (2), p. 64.

¹⁸ [IBGE | Biblioteca](#)

¹⁹ A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) foi criada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, com o objetivo de efetuar a mudança da Capital Federal para o interior do Brasil.

Aos operários restaram apenas as seguintes opções, segundo Ribeiro: 1) reunir várias famílias e cotizar o pagamento da lotação; 2) usar de relações pessoais para “passar por cima” da proibição de construir unidades habitacionais na área; 3) ocupar terrenos públicos (a mais usual).²⁰

Nesse sentido, destaca-se a terceira alternativa que restou aos operários: a ocupação de terrenos públicos, prática mais recorrente encontrada por eles para garantir uma moradia. Essas ocupações, no entanto, foram classificadas como 'invasões' pela Prefeitura, e seus ocupantes passaram a ser os principais alvos das ações de remoção e transferência promovidas pelo poder público. Apesar de ter sido considerada desde o início pela Prefeitura do Distrito Federal uma cidade provisória, a Cidade Livre e seu inegável desenvolvimento tornaram-se um problema. Seria difícil retirar daquele local a enorme população residente, assim como os comércios já estabelecidos que abasteciam com alimentos, materiais para construção, além de vários hotéis presentes no território.

Devido à importância que a Cidade Livre tinha para a realização da construção de Brasília, seus habitantes acreditavam que esse caráter provisório poderia mudar para permanente. Dessa maneira, contavam com a boa relação que tinham com Juscelino, que não raramente estava presente no Núcleo, para resolver esta situação. Contudo, para a decepção dos que acreditaram no presidente, seu mandato acabou sem que a questão da fixação fosse resolvida.

Após sair vitorioso da eleição em 1960, Jânio Quadros assumiu o cargo de Presidente da República em janeiro de 1961. Esse resultado foi considerado uma vitória para os habitantes da Cidade Livre, pois na campanha eleitoral, Jânio apareceu em alguns comícios prometendo cuidar da fixação da cidade²¹. Entretanto, com o passar do tempo, ele foi um dos protagonistas que manteve em curso o projeto de segregação, com o objetivo de levar a população para a Asa Norte e para as cidades-satélites do Gama e de Taguatinga. Para a realização desse projeto, nomeou como prefeito Paulo de Tarso, ex-deputado federal.

Quando Jânio Quadros chegou de São Paulo para cá tomou posse, ele queria expulsar o povo, mas a gente não deixou. Porque ele subiu por nossa causa, ele fazia comício na frente da minha casa, do meu barraco e era a gente que dava voto para ele, com poucos dias ele foi eleito. E quando ele tomou posse da cadeirinha dele queria chutar o povo, não era assim, então a gente tinha que fazer o que ele queria

²⁰ BEÚ, Edson. Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia/ Edson Beú - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 48-49.

²¹ Em um comício no Núcleo Bandeirante, durante a campanha presidencial, Jânio Quadros prometeu à população que faria a urbanização daquele núcleo, como uma espécie de nova Vila Maria, um distrito do município de São Paulo e principal reduto eleitoral de Jânio.

mas nem todos faziam, ele botou todo mundo para Taguatinga, Asa Norte, era para todo canto, queria espalhar o povo.²²

A atuação de Jânio não foi a única considerada uma traição pelos moradores, visto que Paulo de Tarso, enquanto deputado pelo Partido Democrata Cristão, foi autor do Projeto de lei nº 1.890, de 29 de maio de 1960, que estabelecia a criação da cidade-satélite Bernardo Sayão através da urbanização do Núcleo Bandeirante. Enquanto deputado, um defensor da fixação, e, quando prefeito, um dos mandantes da erradicação. Essa mudança de postura será duramente criticada por todos que se colocaram a favor da fixação. Nesse panorama, surge então o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante (MPFUNB), que lutaria contra a erradicação daquele núcleo provisório.

Quando se aproximava a data da inauguração da capital, em abril de 1960, surgiram boatos de que o Núcleo Bandeirante, a antiga Cidade Livre, seria desmontado. Prontamente, os moradores reagiram e criaram o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, que teve a participação de hoteleiros, professores, estudantes, donas de casa, comerciantes – a localidade possuía um vigoroso comércio - e operários da construção civil.²³

Como é notável, trata-se de um movimento heterogêneo, com a participação de indivíduos com diferentes níveis de renda: homens, mulheres, comerciantes e os considerados “invasores” pela Prefeitura. Apesar de bastante diversa, a população se uniu em torno de um mesmo objetivo, lutar pela fixação de seu território. Dessa maneira, fica implícito um sentimento de solidariedade e pertencimento nesses indivíduos. Essa união, mostrava-se presente até mesmo na organização do movimento, de modo que as atividades eram compartilhadas por todos.

Todo elemento era responsável por tudo ao mesmo tempo, ninguém tinha uma função definida; só o primeiro-secretário que ia lá no momento da reunião e o tesoureiro receber o dinheiro, e o presidente pra prestação de contas, mas todos os outros faziam o mesmo trabalho. Então nós tínhamos um movimento unificado de fixar o Núcleo Bandeirante.²⁴

Nesse sentido, é defendido pelos próprios pioneiros da Cidade Livre a necessidade de um jornal que diariamente defendesse seus direitos e reivindicações, numa tentativa de mobilizar todo o país e de informá-lo sobre o que estava acontecendo na capital nacional. Nasceu então o “*Jornal da Cidade Livre*”, coluna presente no *Correio Braziliense*

²² SILVA, Edgar Galdino da. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 12p.

²³ BEÚ, Edson. Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia/ Edson Beú - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 67

²⁴ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Movimento **Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. In: PAVIANI, Aldo. A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010, p. 221.

durante o ano de 1961 e financiada pelo MPFUNB. Publicado pela primeira vez no dia três de junho, veiculado no Distrito Federal, e presente quase diariamente até o mês de agosto do mesmo ano, esta coluna reivindicava principalmente moradia e direitos básicos para o atual Núcleo Bandeirante. O responsável pela redação era o jornalista considerado “amigo da Cidade Livre”²⁵ Humberto Freire Queiroz, que segundo o colunista que redigia a coluna “Sociais de Brasília”²⁶ tinha uma opinião “forte, aguerrida, mas vazada em termos equilibrados”.

Na primeira vez em que se apresenta no *Correio Braziliense*, o Jornal da Cidade Livre logo anuncia a motivação de seu surgimento:

uma trincheira na defesa do Núcleo Bandeirante, defendendo uma reivindicação principal: fixação definitiva, nos termos dos projetos em tramitação na Câmara, ou permanência mínima de três anos, o que implica, também, na urbanização imediata do Núcleo Bandeirante” (CORREIO BRAZILIENSE, p. 5, 1961)²⁷



Figura 2 : Jornal da Cidade Livre em sua primeira aparição no Correio Braziliense

Nesta edição, nota-se o sentimento de injustiça dos pioneiros quanto a como estavam sendo tratados pela Prefeitura do Distrito Federal (PDF), a mando do Presidente da República à época, Jânio Quadros. Pelo trabalho imprescindível na construção de Brasília, assim como

²⁵ Correio Braziliense, TV Por Dentro e Por Fora, 1961, Edição 364 (1), p. 9.

²⁶ Coluna presente no Correio Braziliense, ano 1961, Edição 339 (1), p.12.

²⁷ Correio Braziliense, ano 1961, Edição 337 (1), p. 5

por tudo que passaram para estarem na terra prometida²⁸: “mobilizamos economias, enfrentamos os caminhos mal esboçados, aguentamos as intempéries — a poeira, a lama, a falta de abrigos, os desafios da terra adusta — e construímos o Núcleo Bandeirante [...]” (CORREIO BRAZILIENSE, p. 5, 1961), eles esperavam ao menos uma recompensa — a possibilidade de permanência em seus lares.

Desde seu aparecimento, o *Jornal da Cidade Livre* se manteve fiel ao que propôs como inspiração de origem. Ao longo de suas edições, há uma intensa defesa pela fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante. Entre os modos de expor e somar na luta dos moradores, existem alguns que merecem destaque: relatos de depoimentos de parlamentares realizados em comícios na Cidade Livre; crítica ao Prefeito Paulo de Tarso, ao Presidente Jânio Quadros e à Prefeitura do Distrito Federal; divulgação do plano de estrangulamento²⁹ da Cidade Livre pela Prefeitura; relatos de violências cometidas pela polícia; além de enaltecer a força de mobilização daqueles que lutavam pelo Núcleo Bandeirante, assunto comum a outras edições.

Na edição do dia quatro de junho de 1961, foram expostos depoimentos de dois deputados de extrema importância na reivindicação de fixação do Núcleo Bandeirante. Fernando Ferrari (PTB-RS) mostrou-se solidário com a causa da Cidade Livre e advertiu Jânio Quadros de que se a situação em que se encontravam os moradores não melhorasse, o presidente teria agora um opositor na Câmara dos Deputados. Breno da Silveira (PSB - Guanabara), por outro lado, declarou que “é melhor que se funde uma sociedade de proteção dos animais, que uma associação comercial na Cidade Livre, pois tratamento inferior ao prestado aos animais estão recebendo os habitantes do Núcleo Bandeirante.”³⁰ O deputado, representante do Estado da Guanabara, citou os 900 mil favelados do Rio de Janeiro com os mesmos problemas dos candangos, e mostrou-se firmemente solidário com a fixação.

É importante ressaltar que, em quase todas as edições do *Jornal*, fazia-se questão de relembrar a marcante frase dita por Jânio Quadros em sua campanha presidencial: “Invasores?... Quem ouviu falar em invasores do que é seu, invasores do seu próprio território, de sua própria pátria? Vou fazer disso aqui uma segunda Vila Maria”³¹. Desse

²⁸ Expressão utilizada por Edson Beú no livro *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Esse termo demonstra a maneira como o chamamento presidencial foi responsável pela grande quantidade de candangos na construção de Brasília. A nova capital foi motivo de esperança de uma vida melhor para grande maioria dos migrantes, muitos encaravam em sua realidade grandes secas no Nordeste do Brasil.

²⁹ Várias medidas foram tomadas pela Prefeitura do Distrito Federal para enfraquecer o movimento pela fixação da Cidade Livre. Entre eles, a retirada de linhas de ônibus, a retirada do Corpo de Bombeiros da região, assim como propostas para que grandes comerciantes pudessem sair da cidade.

³⁰ Correio Braziliense, 04 de junho de 1961, Edição 338: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4219

³¹ Correio Braziliense, 07 de junho de 1961, Edição 340: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4248

modo, criticava-se a maneira como o então Presidente da República tratava a questão da fixação da Cidade Livre. Ele mudou o discurso assim que tomou posse do Poder Executivo. De maneira semelhante, é noticiado com ironia que um dos projetos de fixação da Cidade Livre era de autoria do ex-deputado Paulo de Tarso: “Lembrai-vos do Projeto 1.890, do Deputado Paulo de Tarso, criando no Distrito Federal a Cidade-satélite Bernardo Sayão, mediante urbanização da Cidade Livre!...”³²

Desse modo, evidencia-se que o projeto de erradicação do Núcleo Bandeirante se personaliza no Presidente da República e no Prefeito do Distrito Federal. Essa personificação fica evidente não só no *Jornal da Cidade Livre*, mas também em depoimentos orais.

Quando o Núcleo Bandeirante foi criado, era um canteiro de obra, quando Brasília já tivesse criada o Núcleo tinha que desaparecer, e como nós já tínhamos uma cidade formada de pioneiros, trabalhadores, eles vieram construir Brasília, nós não nos conformamos em deixar acabar, e quando Jânio Quadros entrou fez uma visita ao Núcleo, ele falou de público: “quero fazer disso aqui a minha vila Maria”. Mas não passou um mês, ele começou a mandar arrancar o Núcleo Bandeirante, foi quando nós juntamos para fixação. [...] ³³

Por outro lado, ações da Prefeitura que almejavam enfraquecer o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante eram denunciadas no jornal. Em primeiro lugar, a Prefeitura tentou dividir o movimento criando a narrativa de que seria uma manifestação de interesses individuais e particulares. O *Jornal da Cidade Livre*, em resposta, ressalta que o próprio povo respondeu a essa crítica “comparecendo em massa, a qualquer reunião que se faça.”³⁴

Além disso, a exposição do Plano de Estrangulamento da Cidade Livre pela Prefeitura no jornal foi de extrema importância. Entre as medidas tomadas para o sufocamento, as principais consistiam em dificultar o abastecimento, o fornecimento de serviços de saúde, o transporte, o comércio e o desenvolvimento do núcleo. No que tange o transporte, a Prefeitura

retirou da Avenida W-3 os ônibus das empresas particulares que faziam a linha Cidade Livre-Rodoviária, forçando os moradores da CL, que têm negócios no Plano Piloto, bem como as crianças que vão às escolas, a um trajeto enorme, a pé, do Eixo-Rodoviário à W-3, sujeitos ao sol, à chuva, ao trânsito de veículos, num percurso de aproximadamente 800 metros. ³⁵

³² Correio Braziliense, 10 de junho de 1961, Edição 343: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4280

³³ CAUHY JÚNIOR, Jorge. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 17p.

³⁴ Correio Braziliense, 9 de junho de 1961, Edição 342: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4272

³⁵ Correio Braziliense, 9 de junho de 1961, Edição 342: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4272

As tentativas de enfraquecimento do movimento avançaram bastante. São expostos ainda a retirada de carros do Corpo de Bombeiros na região³⁶ para dificultar o combate a incêndios naquela localidade. A Prefeitura ordenou também que se retirassem da cidade as agências bancárias, o que poderia vir a abalar muito o desenvolvimento do Núcleo, visto que era lá onde se encontrava a maioria das casas comerciais na época. Não suficiente, foram adotadas ainda as seguintes medidas:

- a) retirada das garagens e oficinas para local impróprio, em Taguatinga;
- b) proibição de qualquer construção, mesmo de novas fossas sépticas, em razão das velhas estarem estragadas;
- c) retirada dos verdureiros do Mercado;
- d) abandono total das avenidas, aos buracos e ao lixo
- e) liberação da chamada “zona do meretrício” para, com o seu infiltramento no meio das famílias, espantarem-nas.³⁷

Uma das medidas mais nocivas, foi o estímulo aos inquilinos para que eles não pagassem o aluguel, pois segundo a própria prefeitura, os proprietários não seriam mais donos de nada. Essa inovação gerou consequências graves, sendo chamado pelo *Jornal da Cidade Livre*, de “indústria do terror”³⁸. Assim, há um relato de um assassinato realizado por dois inquilinos contra credor do aluguel.

Na manhã de domingo, o sr. Alceu Luiz da Costa, proprietário de um imóvel na Quarta Avenida, perto das duas bicas que fornecem água àquela via pública, foi cobrar dos srs. João Acácio de Almeida e Lourival Inácio de Sá, seus inquilinos, os aluguéis devidos. Os locatários se aborrecendo com a cobrança e ante a ameaça de que iriam prestar contas com a Justiça, depois de forte discussão, mataram com uma barra de ferro, auxiliados por um policial de nome Roberto de tal, o sr. Alceu Luiz da Costa.³⁹

Algumas medidas tomadas pela Prefeitura para dividir o movimento obtiveram êxito. Nesse sentido, é nítido um tratamento diferenciado aos habitantes da Cidade Livre. Se fosse um comerciante, a transferência deveria ser realizada para a Asa Norte. Já se o indivíduo era um operário ou um “invasor”, deveria ser removido para o Gama ou Taguatinga, demonstrando um privilégio cedido aos habitantes com maiores recursos financeiros.

Este caso é o mais interessante: vejam no que dá a “sabedoria” da Prefeitura: fomos avisados ontem, de que há várias pessoas vendendo os seus direitos a lotes na Asa Norte. Todos sabem, que o Prefeito Paulo de Tarso só tem se preocupado em retirar da CL [Cidade Livre], os comerciantes e proprietários. O caso dos humildes não têm “onde cair vivos”, ele, pelo visto, resolverá de qualquer maneira... depois... quando no seu entender retirar todo o comércio, indústria e proprietários... As pessoas físicas ou jurídicas que não têm o direito a lotes nos outros pontos determinados pela Prefeitura e se interessam por eles por um preço diferente, então, compram os

³⁶ Correio Braziliense, 9 de junho de 1961, Edição 342: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4272

³⁷ Correio Braziliense, 9 de junho de 1961, Edição 342: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4272

³⁸ Correio Braziliense, 20 de junho de 1961, Edição 350: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4352.

³⁹ Correio Braziliense, 20 de junho de 1961, Edição 350: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4352.

direitos das pessoas que os têm na CL e que não se mudam por que não têm condições de construir, atendendo às exigências da Prefeitura.⁴⁰

Dentro do MPFUNB, apesar de ser um movimento pluriclassista, observam-se alguns embates entre os integrantes. Essas divergências afloram quando alguns comerciantes decidem aceitar a proposta da Prefeitura de transferência da sede da Associação Comercial de Brasília, localizada no Núcleo Bandeirante, para a Asa Norte. Desse modo, são tratados como traidores por membros do movimento. O próprio *Jornal da Cidade Livre* expõe a situação, que foi noticiada no dia dezoito de julho, fazendo comentários contra Martinho Guimarães, um dos chefes da diretoria da Associação.

O comentário geral a respeito da “reunião” era totalmente desfavorável à pessoa e à conduta do sr. Martinho Guimarães, principal responsável por todos aqueles acontecimentos. A maioria achava que o homem que fazia questão de se apresentar na Televisão e nos noticiários da Imprensa como um dos “chefes” antimudancistas, não tinha moral sequer para propor a realização de uma reunião para tratar de assunto que representava de certo modo um fio a menos na luta de fixação e urbanização do Núcleo, pois é na sede da A.C.B. [Associação Comercial de Brasília] que os membros do movimento se reúnem.⁴¹

Desse modo, após a ACB aceitar a proposta de transferência de sua sede para o Plano Piloto, o *Jornal da Cidade Livre* defende que a partir de agora o MPFUNB estaria mais unido do que nunca, pois somente estariam dentro do movimento os que realmente estivessem lutando pela causa, sem outros interesses.

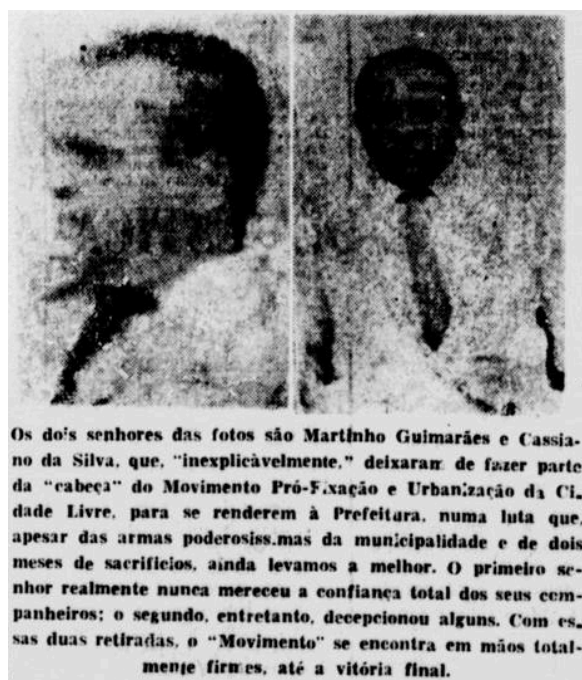


Figura 3: Correio Braziliense, 25 de julho de 1961, Edição 378

⁴⁰ Correio Braziliense, 02 de julho de 1961, Edição 360: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4472.

⁴¹ Correio Braziliense, 18 de julho de 1961, Edição 373: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4620.

No dia nove de julho de 1961, o *Jornal da Cidade Livre*, relata um grave acontecimento no Núcleo Bandeirante. A Prefeitura do Distrito Federal tentou demolir parte do Ginásio Brasília⁴² na madrugada do dia anterior. Esse evento se originou de uma negociação entre uma firma inquilina de parte da área do Ginásio com a Prefeitura. Como resultado, a firma decidiu propor à Prefeitura a troca desse estabelecimento — mesmo sem ser o verdadeiro dono, por um loteamento na Asa Norte.

Dessa forma, prosseguiu-se para a tentativa de demolição desse estabelecimento por parte da prefeitura. Sim, somente a tentativa. Nesse momento entra em cena uma grande mobilização dos moradores. Já agrupados em frente à escola La Salle às quatro horas da manhã, e, com o passar do tempo, chegavam cada vez mais indivíduos para defenderem a posição de não aceitação de perda desse importante centro educacional para a cidade. Com a grande movimentação dos moradores, a prefeitura e seus agentes decidiram pela não demolição. Assim, evidencia-se o potente elo que permeava a população do Núcleo Bandeirante na luta pela resistência.



Figura 4: Correio Braziliense, 09 de julho de 1961, Edição 366

⁴² Segundo o próprio *Jornal da Cidade Livre*, o Ginásio Brasília, à época, era “um estabelecimento de ensino modelar, dirigido por delicados irmãos Maristas, que acolhe cerca de dois mil alunos, todos da Cidade Livre, e lugares mais próximos, por isso muito assistido e admirado pelos moradores do Núcleo, que não querem de modo algum perdê-lo.” http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4540

É importante ressaltar os relatos de moradores sobre os incêndios frequentemente vivenciados na Cidade Livre. Eles podem ser relacionados com o clima bastante seco de Brasília, com a velocidade dos ventos presentes na cidade, com a maneira que eram construídas as casas — tábuas de madeira —, e até mesmo com a proximidade entre as casas. Entretanto, vários moradores relatam que esses incêndios podem ter sido resultado também da tentativa da Prefeitura de fazer com que o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante se desmobilizasse. Nos depoimentos coletados pelo Arquivo Público do Distrito Federal, tem-se exemplos dessas argumentações. É o caso do baiano Isaac Barreto, que relata:

É exatamente isso... o núcleo desse movimento começou entre... cada núcleo... com todo mundo falando, mas como é que a gente vai sair daqui? Olha, eles construíram casas lá que para desmanchar era um prejuízo enorme, e tinha um hospital montado de madeira, aquilo... dei graças a Deus que pegou fogo. Depois, na hora você não quer que pegue fogo, mas depois.. Mas depois você fica assim naquela situação, meu Deus do céu será que não foi bom? Eu ia ficar aqui agarrado com isso, mas construí de novo, todo mundo construiu. Então houve um zum-zum que aquilo era para ver se o povo desanimava pegar fogo numa esquina, puxa, aquilo alastrou para outro, pegou fogo em quase que aquele quarteirão todo.⁴³



Figura 5: Momentos após incêndio em área da Cidade Livre (1956 - 1961)⁴⁴

Seguindo o que defendeu como motivação de sua origem, o *Jornal da Cidade Livre* foi crucial para dar voz aos indivíduos que estavam sendo alvo de violência e de demolição de seus lares pela PDF. Logo, há de ser destacado uma seção deste jornal que foi

⁴³ RIBEIRO, Isaac Barreto da. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 28p.

⁴⁴ Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo da Novacap. NOV-D-4-4-B-1 (148)

destinada para expor essas declarações. De modo quase sempre anônimo, elas eram publicadas vez ou outra para fundamentar as críticas realizadas pelo redator.

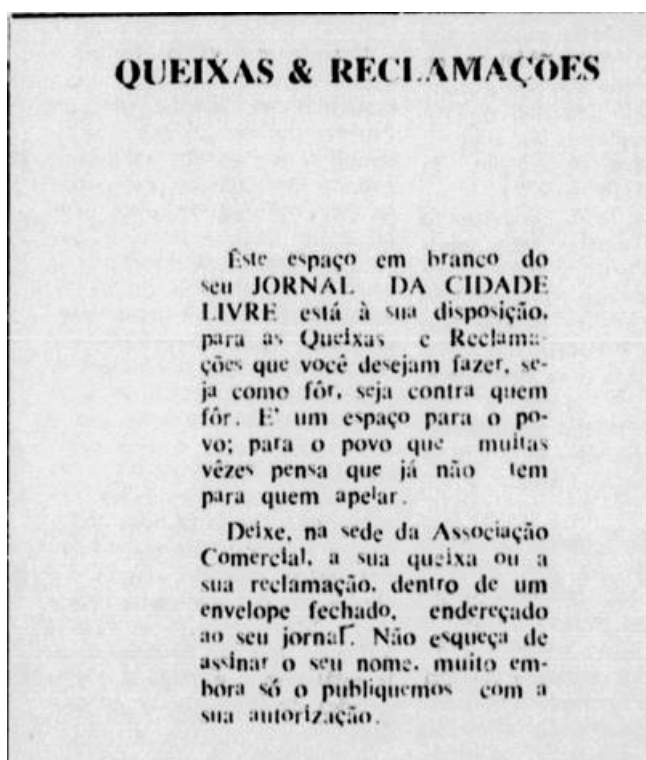


Figura 6: Correio Braziliense, 17 de junho de 1961, Edição 348

Nesse sentido, na edição do dia 21 de julho, é publicada uma carta anônima de um morador da Cidade Livre. Ele acredita fortemente que a prefeitura não seria capaz de conseguir erradicar aquele núcleo provisório.

[...] Para nós, sr. Paulo de Tarso, a sua transmutação de deputado para Prefeito foi uma decepção. Uma constrangedora decepção. Ontem lutávamos contra a intempérie, contra a natureza agreste, contra tudo e, vencemos. Mas não estamos habituados a lutar contra a força, contra as táticas filhas da incoerência de duas personalidades: o deputado em véspera de eleições e o prefeito nomeado. Com as mãos trêmulas sobre as cabeças de nossos filhos, afirmamos a V. Excia, que, enquanto houver leis neste País e enquanto podermos nos mexer livre do sufocamento da Prefeitura, o senhor daqui não nos expulsará. Fique certo que é vã a tentativa do senhor em querer passar borracha na História. O senhor passa, o povo fica. O pranto e as estertoras de nossos lares ficarão no passado e o remorso o acompanhará pelo futuro.⁴⁵

Assim, destaca-se a importância de expor no jornal não somente o que dizia o redator responsável, mas também de possibilitar à própria população, que vivenciou esse episódio de sofrimento e luta, de falar por si.

⁴⁵ Correio Braziliense, 21 de julho de 1961, Edição 375: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4644

Por outro lado, a importância desse jornal não fica restrita somente a esses pontos. Ele também se preocupava em informar a toda a população da Cidade Livre como estava o andamento dos trâmites para a fixação do Núcleo pelo Congresso Nacional. Desde seu surgimento, o JCL divulgou a existência na Câmara Federal, de alguns projetos para a fixação e urbanização da CL, tornando-a uma cidade satélite de Brasília. Por exemplo, na edição do dia oito de junho — apenas cinco dias decorridos de sua primeira aparição no Correio Braziliense, são abordados os projetos de lei do deputado Castro Costa, do deputado João Agripino, do deputado Paulo de Tarso e do deputado Anísio Rocha. A população acreditava que somente podiam contar com o Congresso, pois estavam sendo alvo tanto do executivo local quanto do executivo federal.

Dessa maneira, foi noticiado no dia sete de julho⁴⁶, uma apresentação à Mesa da Câmara de um pedido de urgência para a discussão e votação dos projetos de Lei existentes na Câmara, que diziam respeito à fixação e urbanização da Cidade Livre. Cada progresso que aproximava a certeza de manutenção do Núcleo, era informado e celebrado nas notícias do JCL. No dia primeiro de agosto, por exemplo, é expresso que esperava-se para aquela semana o fim das tentativas de erradicação da CL pela Prefeitura.

Até o fim desta semana, se acabará, certamente, a “alegria” da Prefeitura e da administração municipal. O reinado das “marteladas”, da destruição dos lares dos pioneiros está perto do fim. Serão votados pela Câmara Federal os Projetos de Lei que dizem respeito à fixação e urbanização da Cidade Livre, regulando ao mesmo tempo o modo de distribuição e venda dos terrenos aos pioneiros, de conformidade com a categoria econômica de cada um, bem como a edificação de casas e conjuntos residenciais, tudo conforme detalhado do estudo técnico que beneficie a todos, principalmente aos mais desfavorecidos. [...] Portanto, CALMA, PIONEIROS DA CIDADE LIVRE, está chegando ao fim do seu sofrimento, do desassossego de sua família. Lembrem-se do velho ditado: “rir melhor, quem rir por último”. A hora do Núcleo Bandeirante, do berço da Nova Capital, dos homens que com tanto sacrifício, com tantas lágrimas e tanto suor fizeram Brasília, está chegando. Talvez já esta semana, aí esteja a votação da Lei que recompensa a quem mais merece: o pioneiro do Núcleo Bandeirante.⁴⁷

Contudo, o *Jornal da Cidade Livre* não chegou a ter o prazer de poder informar oficialmente a fixação da Cidade Livre. Quando aproximava-se da data de votação do Projeto de Lei, houve a renúncia do Presidente Jânio Quadros⁴⁸, no dia 25 de agosto. A partir deste momento, aparecem somente mais duas edições da coluna. A crise política que se instalou no Brasil deixou para depois a resolução desse caso, que não foi mais publicado.

⁴⁶ Correio Braziliense, 07 de julho de 1961, Edição 364: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4516

⁴⁷ Correio Braziliense, 01 de agosto de 1961, Edição 384: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4516

⁴⁸ Após sete meses de governo, devido ao isolamento político, conflitos com forças conservadoras e militares, desgaste com o Congresso e uma tentativa fracassada de obter apoio popular, o Presidente Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961.

Entretanto, com a renúncia de Jânio, os pioneiros do Núcleo Bandeirante mostravam-se entusiasmados com o futuro que os esperavam. Quando Ranieri Mazzilli⁴⁹ assume interinamente a presidência da república, mostrou um compromisso em parar com a perseguição e o processo de erradicação da Cidade Livre. Assim, a paz e a calma voltaram à cidade dos pioneiros, e, por outro lado, começaria a crise política até o processo de posse do futuro presidente João Goulart.

O Presidente da República garantiu que tomaria todas as medidas para que cessassem as demolições dos barracos, toda ou qualquer violência que porventura venham sendo praticadas contra os pioneiros, bem como a manutenção dos serviços essenciais de transporte, corpo de bombeiros, escolas, água, limpeza pública, comércio, indústria e tudo mais necessário para vida normal no Núcleo Bandeirante. Volta assim, a futura Cidade Bernardo Sayão, ao clima de absoluta calma e tranquilidade imprescindível à vida humana, clima que, por infelicidade, há mais de três meses não experimentava. Ao sr. Presidente da República, sr. Ranieri Mazzilli, que numa hora difícil, assume a suprema magistratura da Nação, os respeitos, a simpatia e os agradecimentos maiores do povo da Cidade Livre, que espera, com a maior brevidade possível, as providências em tão boa hora prometidas.⁵⁰

Apesar de a situação não ter sido resolvida oficialmente, a tentativa de erradicação cessou, o que já foi suficiente para trazer calma para o Núcleo Bandeirante. Além disso, o projeto de fixação teve sua aprovação na Câmara dos Deputados e foi encaminhada para o Senado Federal, que também o aprovou. Foi sancionada pelo Presidente João Goulart a LEI 4.020, em vinte de dezembro de 1961, que considerou cidade-satélite⁵¹ o chamado Núcleo Bandeirante, no território do Distrito Federal. Além disso, em artigo expresso, também dispôs que seria vedado o deslocamento da localidade do NB para qualquer outro local.

Após quase sete meses de luta para manterem suas moradias e locais de trabalho, a população da Cidade Livre pôde ter sua situação definida por lei federal. O sucesso somente foi possível pela união e resistência dos pioneiros, que se organizaram fortemente e também conseguiram o apoio de parlamentares. Mesmo com uma composição diversificada dentro do movimento, a fixação do Núcleo Bandeirante alcançou o êxito devido à grande quantidade de pessoas que estiveram presentes na linha de frente contra a erradicação da Cidade Livre.

⁴⁹ Paschoal Ranieri Mazzilli, natural de São Paulo, foi Presidente da Câmara dos Deputados e assumiu Presidência da República de modo interino, por treze dias, após a renúncia de Jânio Quadros, passando posteriormente a faixa presidencial para João Goulart.

⁵⁰ Correio Braziliense, 27 de agosto de 1961, Edição 407: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/4984

⁵¹ Esse termo é designado para uma cidade planejada para desconcentrar uma outra cidade central. Atualmente, foi substituído por “Regiões Administrativas” para a divisão territorial do Distrito Federal.

CAPÍTULO II - A Cidade Livre no Parlamento

O êxito da fixação do Núcleo Bandeirante passa diretamente pelo apoio prestado pelo Congresso Nacional neste período. Esse feito somente foi possível pela atenção do Parlamento dada a esse caso. Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, é possível citar vários parlamentares que se uniram a essa causa. A população tinha no Congresso uma forte esperança, pois enquanto o poder executivo era o responsável pela demolição de seus comércios e lares, o poder legislativo mostrava-se preocupado com toda essa perseguição.

Segundo a LEI nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, o governo deveria ser exercido pelo Prefeito e pela Câmara do Distrito Federal. Exercendo o poder legislativo, a Câmara do Distrito Federal deveria ser “composta por vinte vereadores, eleitos pelo povo, por ocasião das eleições para o Congresso Nacional.”⁵²

Em seu artigo 41º, esta lei estabelece que as eleições para a Câmara do Distrito Federal seriam realizadas no dia três de outubro de 1962. Entretanto, por algum motivo ainda não esclarecido — talvez pela crise institucional e política porque passava o Brasil durante a República Parlamentarista⁵³, essas eleições não ocorreram. Como contraponto, o art. 40 determina que “as leis do Distrito Federal, até que se instale a Câmara respectiva, serão feitas pelo Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República”⁵⁴.

Nesse contexto, torna-se evidente que a representação da população do Distrito Federal no Poder Legislativo era bastante limitada. Somando-se a isso a forte presença de Juscelino Kubitschek entre os habitantes durante a construção de Brasília, pode-se afirmar que sua saída da Presidência da República enfraqueceu o sentimento de representatividade desses indivíduos. Muitos parlamentares concentravam sua atenção principalmente nos estados que os elegeram, o que contribuía para o distanciamento político em relação ao Distrito Federal. Com um Poder Executivo que já não demonstrava interesse pelas demandas locais — e que, ao contrário, buscava constantemente a retirada dos moradores da Cidade Livre —, era natural que a população se sentisse desamparada e sem quem defendesse seus anseios.

⁵² LEI 3.751, de 13 de abril de 1960 :[Portal da Câmara dos Deputados](#)

⁵³ Como resultado de uma negociação para que pudesse tomar posse como Presidente da República, e também para que diminuísse um pouco a crise política após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart aceitou a instituição do parlamentarismo no Brasil. Assim, a República Parlamentarista durou de 8 de setembro de 1961 até 24 de janeiro de 1963.

⁵⁴ LEI 3.751, de 13 de abril de 1960 :[Portal da Câmara dos Deputados](#)

Por outro lado, mesmo com a perda temporária de uma referência política, a perseguição que ocorria na Cidade Livre passou a preocupar parlamentares no Congresso Nacional. A esse respeito, um importante discurso é proferido pelo deputado Paulo Fender (PTB – Pará) na Câmara dos Deputados, nele é defendido o papel da Câmara dos Deputados legislar sobre Brasília.

São pertinentes e merecem toda a consideração, as sensatas ponderações que V. Exa. faz sobre o assunto. Discordo, entretanto, de V. Exa. , quando diz que não devemos legislar sobre Brasília. Quem legislará para Brasília, se ela não tem Câmara dos Vereadores, se não tem Poder Legislativo? Nós é que devemos fazê-lo.⁵⁵

As denúncias publicadas pelo *Jornal da Cidade Livre* e os relatos de quem visitava a região chamaram a atenção de boa parte dos congressistas. Segundo Nair Heloísa Bicalho de Sousa, em seu artigo denominado *Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista*,

O MPFUNB seguiu uma trajetória de enraizamento junto ao Congresso Nacional com a estratégia capaz de contrabalançar os desmandos do Poder Executivo, ao mesmo tempo em que usufruía da única instituição com forte expressão social e paz de funcionar como caixa de ressonância das reivindicações populares naquele momento.⁵⁶

Além disso, a mobilização do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante foi decisiva para conquistar apoio parlamentar à causa. Com bastante organização, o movimento dividia vários trabalhos para seus membros, sendo um dos principais a conversa com parlamentares.

Se necessário, a gente ia no Congresso Nacional. Agora não sei quantas vezes foram. Tinha uma comissão do sindicato que era permanente, para quando houvesse qualquer coisa eles tavam na frente [...] Essa comissão sempre se reunia com o pessoal. A assembleia elaborava documentos dirigidos às autoridades e ia uma comissão falar com a autoridade sobre os problemas que eles tavam lutando. A nossa solidariedade era dar força para eles.⁵⁷

Duas formas de denúncia merecem destaque: a realizada por meio da imprensa e aquela conduzida por intermédio de diálogos diretos com deputados. Entre os líderes do MPFUNB, Joaquim Garcia — comerciante e proprietário da Paranoá Suplementos — teve papel fundamental na mobilização popular em defesa da fixação da cidade. Em comícios, sua

⁵⁵ Anais do Senado.1960. Livro 12 (01.09 - 15.09) p. 265

⁵⁶ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Movimento **Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. In:PAVIANI, Aldo. A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010, p. 229.

⁵⁷ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Movimento **Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. In:PAVIANI, Aldo. A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010, p. 229.

voz se tornava símbolo de esperança, relembrando constantemente à população os motivos de sua luta.

Por sua vez, o deputado Breno da Silveira (PSB - Guanabara) destacou-se como um dos principais — senão o principal — aliados da Cidade Livre. Além de denunciar os abusos da Prefeitura do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, participava ativamente de comícios locais, onde inflamava a resistente e combativa população.

Os comícios eram feitos com os políticos, quando os políticos vinham tinha comício [...] Reunia muita gente [...] deputado fazia comício inflamado [...] descendo a ripa no presidente [...] Quando falava coisa importante era cheio de aplausos [...] Todo mundo tinha muito apoio pelo movimento. O Garcia sentia muito honrado, muito animado [...] Quando via a praça cheia [...] era mais um motivo para lutar mais [...] O comício era ideia do Deputado Breno da Silveira, comício não tinha dia. Ele saía do Congresso, ou da casa dele, chegava e dizia: “Vamos fazer um comício.” Então uma avisava o outro, cidade pequena, daí a meia hora em frente à igreja do padre Roque tinha duas mil, três mil pessoas e fazia o comício e esculhambava o Jânio Quadros e o Paulo de Tarso que era o prefeito. Era ele [o Deputado Breno da Silveira] que providenciava o comício, que autorizava e fazia parte, nós apenas dava o apoio [...] o comício era uma coisa de publicidade e de protesto, a finalidade do comício era protestar contra a ação do governo. Não fazem aí os comícios políticos e mostram as vantagens daquele partido e atacam o governo? Era isso, era como um comício político agora só que os ataques eram agressivos também, porque o doutor Breno era um homem destemido, não tinha meio-termo [...] A diretoria do movimento também sempre falava alguma coisa.⁵⁸



Figura 7: Correio Braziliense, 04 de junho de 1961, Edição 338

⁵⁸ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Movimento **Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. In: PAVIANI, Aldo. A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010, p. 222.

Tendo em vista a relevância do Congresso Nacional para a fixação do Núcleo Bandeirante, optamos por recorrer diretamente aos discursos registrados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entre diversas opiniões e ideias, deputados e senadores divergem sobre o que deve ser feito com a Cidade Livre. Enquanto alguns se preocupavam com a violência sofrida pelos moradores e com a falta de assistência enfrentada por eles, outros enxergavam na fixação ou na erradicação da cidade uma oportunidade de obter benefícios próprios, além de higienizar e embelezar o Distrito Federal.

Trata-se de um debate complexo: havia deputados e senadores que consideravam a erradicação da Cidade Livre o único caminho para garantir, no futuro, um crescimento populacional controlado e organizado. Contudo, defendiam que esse processo de desarticulação e transferência dos moradores deveria ocorrer de maneira mais responsável e cuidadosa por parte da Prefeitura. Por outro lado, existiam aqueles que apoiavam a fixação do núcleo, com melhorias em saneamento básico, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, argumentando que a remoção dessa população seria excessivamente onerosa, tanto financeiramente quanto em termos operacionais.

Entre os principais defensores da população do núcleo, destacaram-se os deputados federais Breno da Silveira (PSB - Guanabara), Nelson Omegna (PTB - São Paulo), Fernando Ferrari (PTB - Rio Grande do Sul) e Aurélio Vianna (PSB - Alagoas). No Senado Federal, a figura mais expressiva na luta pela fixação foi Lobão da Silveira (PSD - Pará), cuja atuação teve grande relevância. Os discursos desses parlamentares eram frequentemente reproduzidos na íntegra pelo *Jornal da Cidade Livre*.

Com efeito, no dia oito de junho de 1961, em sua edição número 341, o JCL noticia um depoimento de Breno da Silveira que, além de demonstrar apoio à Cidade Livre dentro da Câmara dos Deputados, também contextualiza os projetos de lei já enviados à Câmara que dizem respeito a fixação. Assim ele discursa:

[...] a Câmara Federal vem acompanhando com real interesse, o drama que estão vivendo aqueles que para aqui vieram, no início de Brasília, e se localizaram na já famosa, não só no Brasil, como em todo o mundo Cidade Livre, ou por outra, Núcleo Bandeirante. Todo o interesse da Câmara sempre esteve voltado para a Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante. Vários projetos de lei foram encaminhados à Mesa, no sentido da salvaguarda dos interesses daqueles que para aqui vieram na fase pioneira. A orientação de todos os projetos que citarei neste momento, pois tenho os avulsos em mãos, é no sentido da fixação do Núcleo Bandeirante e, principalmente, da sua urbanização, transformando-o também numa Cidade Satélite. O nobre deputado Castro Costa pelo Projeto n.º 807, orientava seu trabalho dispondo sobre o loteamento do futuro Distrito Federal, concedendo prioridade para a compra de lotes no Núcleo Bandeirante de Brasília e dando outras providências. Este projeto é de 12 de agosto de 1959. Caminhou na Comissão de Justiça, onde teve como relator o nobre Deputado San Tiago Dantas. O Projeto n.º 1.843, é de autoria do

nobre Deputado João Agripino. Instituiu a cidade satélite de Candangônia, destinada aos trabalhadores que tenham prestado serviço na construção de Brasília. Esta proposição foi apresentada em 2 de maio de 1960 e pelos Deputados João Agripino, Rondon Pacheco, Seixas Dória, Menezes Côrtes, Geraldo Guedes e José Sarnei. [...] O Projeto n.º 1843 teve como Relator, na Comissão de Legislação Social, o Deputado Carlos do Lago, em 13 de abril de 1961. O Projeto n.º 1.890 cria, no Distrito Federal, a Cidade Satélite de Bernardo Sayão, mediante urbanização do Núcleo Bandeirante. Êste projeto é de autoria do nobre Deputado Paulo de Tarso e está assinado também pelo Deputado Fernando Ferrari. Data de 29 de maio de 1960. [...] O Projeto n.º 2.053-60, de autoria do Deputado Anísio Rocha, disciplina a demolição das residências dos trabalhadores, na chamada Cidade Livre, dentro do território de Brasília. Foi à Comissão de Justiça, sendo relatado pelo Deputado San Tiago Dantas. Projeto n.º 2.370, de minha autoria, considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal, concedendo o crédito de 300 milhões de cruzeiros para sua urbanização. Foi relator na Comissão de Justiça o Deputado Valdir Pires. São, assim, cinco projetos de lei. E há poucos dias o Deputado Gabriel Gonçalves, de Minas Gerais, apresentou mais um, a respeito da fixação do Núcleo Bandeirante, a fim de salvaguardar os legítimos interesses de quase 60 mil pessoas que ali trabalham e residem.⁵⁹

Dessa forma, além de manifestar seu apoio à população da Cidade Livre, Breno da Silveira buscou traçar uma linha histórica dos momentos em que a fixação do núcleo foi discutida no Congresso Nacional. Embora esses projetos de lei não tenham obtido êxito inicialmente, eles ainda desempenhariam um papel relevante na construção da história da cidade.

Enquanto alguns deputados demonstravam preocupação com os moradores do núcleo, certos senadores voltavam sua atenção para o crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, para a carência de saneamento básico e infraestrutura. Nesse contexto, o senador João Vilas Boas (UDN - Mato Grosso), em discurso de seis de abril de 1960, descreveu o Núcleo Bandeirante como

a maior favela do mundo, denominada Cidade Livre cuja construção foi permitida a título precário, devendo ser destruída antes da inauguração da Nova Capital. Agora, porém, é considerada de caráter permanente; até nos prospectos da NOVACAP, nas comunicações feitas ao Senado e à Câmara dos Deputados se comunica que as famílias dos Senadores, dos Deputados, dos Ministros do Poder Judiciário, dos funcionários desta e da outra Casa do Congresso, deverão abastecer-se, na Cidade Livre, dos gêneros necessários para sua subsistência. Consagrou-se, assim, a perenidade da favela, a permanência indefinida daquela aglomeração de imundícies, onde, existem cêrca de cinco mil fossas, o que poderá amanhã provocar surtos de tifo e outras enfermidades.⁶⁰

Além disso, o senador expressou sua indignação quanto à forma como se daria a inauguração da nova capital. Em sua avaliação, não seria apropriado convidar autoridades estrangeiras para uma cerimônia realizada em meio à poeira e à lama. Considerou ainda “ridículo convidar-se o estrangeiro — o Papa, por exemplo — para rezar missa em Brasília,

⁵⁹Anais da Câmara dos Deputados: 67.ª Sessão, em 7 de junho de 1961 (pgs. 410-412,;414; 417)

⁶⁰Anais do Senado.1960. Livro 6 (01.04 - 08.04) p. 194

onde não existe Igreja”⁶¹. Esses depoimentos evidenciam que o senador mato-grossense demonstrava maior preocupação com aspectos de embelezamento urbano e higienização social da nova capital.

O senador Caiado de Castro (PSD - Guanabara) aderiu a essas preocupações, manifestando espanto com a configuração em que se encontrava a Cidade Livre. Apesar de visitar o local com frequência, nunca conseguia se acostumar com a realidade do núcleo. Em discurso proferido no dia doze de maio de 1960, ele citou o mau cheiro daquela cidade, com uma possível causa a presença de uma criação de porcos na cidade.

Senhor Presidente, correndo hoje a "Cidade Livre", dado o meu sistema de entrar em contato maior com o povo e tomar conhecimento do que se passa, vi coisas assombrosas! Vi um açougue, Senhor Presidente, numa rua que exala tamanho mau cheiro, que parece haver ali uma criação de porcos. É uma coisa pavorosa! Pois bem, êsse açougue está alugado por Cruzeiros 40.000,00 mensais! Ouvi quem dissesse que na "Cidade Livre" há casas de Cr\$ 80.000,00. Será possível pensar que Brasília continue nesse ritmo? Evidentemente, não! Isto acontece nesta fase de criação, nesta fase de construção, em que todo mundo trabalha, em que o pioneiro vem, sofre mas vence. Mas isto vai terminar.⁶²

Entre seus discursos, um dos mais emblemáticos revela com clareza as desigualdades sociais presentes no Núcleo. Tornava-se evidente que, entre as mansões, havia também aqueles que lutavam para se estabelecer em áreas públicas — situação contra a qual o senador se posicionou, por iniciativa própria. Em diversas ocasiões, manifestou apoio às ações da Prefeitura voltadas à erradicação das favelas que se formavam ao redor da Cidade Livre. Portanto, infere-se que a expulsão de invasores poderia trazer até mesmo um benefício para algumas causas individuais

O problema das favelas não é carioca, como muito bem diz o nobre Senador. Será êle de Brasília? – Não. Pelo noticiário da imprensa soube se que o Prefeito de Brasília tomou medidas extraordinárias para corrigir o que de errado existe no Núcleo Bandeirante. Nos últimos três meses do Govêrno findo houve tal desinterêsse a ponto das favelas do Núcleo Bandeirante se haverem multiplicado, estendendo-se até a margem do rio, atravessando a estrada. O nobre Senador Novaes Filho, e eu, que temos mansões próximas ao local, fomos obrigados, eu pelo menos – a contratar um cidadão para promover a expulsão de invasores que ali se fixaram. Felizmente, o Govêrno está corrigindo isso tudo, e se não o fizer teremos em Brasília o problema crucial das favelas. Êste não poderá ser atribuído à cidade, pois é um problema federal.⁶³

Diante da evidente disparidade econômica entre os moradores, o senador Paulo Fender (PTB – Pará) abordou, em trinta de julho de 1960, a relação existente entre os

⁶¹ Anais do Senado. 1960. Livro 6 (01.04 - 08.04) p. 193

⁶² Anais do Senado. 1960. Livro 8 (10.05 - 31.05) p. 88

⁶³ Anais do Senado. 1961. Livro 2 (27.02 - 24.03) p. 38

comerciantes e a população mais carente. Ele destacou a intensa exploração a que estavam submetidas as pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Parece-me que há confusão sobre o problema da Cidade Livre e o da assistência aos candangos. No Núcleo Bandeirante não vivem os candangos a que se referiu o nobre Senador Fernandes Távora. Verifiquei que os comerciantes ali são muito fortes; instalaram-se em barracões de madeira e assim querem permanecer, à margem do desenvolvimento de Brasília. Como sabe o nobre Colega, há sempre, nas grandes civilizações, o êxodo dos habitantes itinerantes que se instalam e se estabelecem nas cercanias dos núcleos novos; depois retiram-se para as proximidades de outras cidades em formação. Há muita exploração em torno da miséria do Núcleo Bandeirante. Quem quer que o visite verificará a existência de comerciantes fortíssimos, de os do Supermercado de Brasília. Era o que eu queria dizer a V. Exa. na defesa do Governo e do Presidente Juscelino Kubitschek. Há muita exploração, reafirmo, mas devemos defender a civilização de Brasília, assistindo, de certa forma, socialmente a quem necessitar e more na Cidade Livre. E V. Exa., com a sua esclarecida inteligência, compreenderá que em torno daqueles comerciantes existem alguns miseráveis, mas estes são explorados por aqueles.⁶⁴

Corroborando com essa idéia, Caiado de Castro defende os verdadeiros candangos⁶⁵ — os trabalhadores — e critica a exploração que ocorre na Cidade Livre, onde alguns lucram com aluguéis abusivos. Ele apoia a ação do prefeito para combater essa exploração, mas desaprova a forma como está sendo feita a retirada dos moradores da cidade.

Parece-me que esse termo "candangos" deveria, de início, ser bem definido. "Candango" é o operário, o trabalhador. "Candango" chamam também o que explora o operário. O que observei é que qualquer pessoa na Cidade Livre pode verificar é que ali predomina a maior exploração que já existiu no Brasil. Indivíduos que conseguiram lotes de terra, neles construíram barracos de madeira e obtém — como é fácil apurar, basta procurar o nome nos registros da Prefeitura — renda mensal superior a quinhentos mil cruzeiros. Sou inteiramente a favor dos candangos e, portanto, francamente favorável à medida adotada pelo Sr. Paulo de Tarso para acabar com a exploração dessa pobre gente. O que condenei, da tribuna do Senado, foi o modo porque procuravam esvaziar a Cidade Livre.⁶⁶

A partir desses depoimentos, torna-se evidente a desigualdade entre as classes sociais que habitavam a Cidade Livre. Do mesmo modo, percebe-se a ausência de um planejamento adequado para acolher o grande número de moradores que se dirigiam à futura capital do país. Sem uma política habitacional definida, os recém-chegados fixaram-se onde encontravam espaço, resultando em profunda desorganização urbana. Sobre esse cenário, o senador Pedro

⁶⁴ Anais do Senado.1960. Livro 9 (02.06 - 30.06) p. 518

⁶⁵ O termo "candango" passou por transformações históricas em seu significado. Inicialmente foi utilizado como forma pejorativa para designar trabalhadores braçais e pessoas simples. Durante a construção de Brasília, tinha seu significado ligado àqueles que vieram de outros estados para ajudarem na construção, entretanto, ainda era utilizado de maneira negativa, simbolizando pessoas rudes e vulneráveis. Após a construção, candango era considerado não somente aquele que ajudou a erguer a capital, mas também aquele que chegou logo no início, considerado uma maneira identitária. Atualmente, esse termo remete àqueles que construíram a capital, mesmo com todas as dificuldades vividas na época. Caiado de Castro, neste sentido, parece se referir a esse termo com o sentido utilizado durante a construção de Brasília.

⁶⁶ Anais do Senado.1960. Livro 12 (01.09 - 15.09) p. 263

Ludovico (PSD – Goiás) apontou as origens do problema, agravado pela falta de planejamento.

Vossa Excelência, em grande parte, está com a razão. Considero, grave erro da NOVACAP o não ter construído uma cidade satélite a fim de alojar aqueles que para aqui vieram nos primórdios de Brasília. Inteligente e justa teria sido essa previsão; e os habitantes do atual Núcleo Bandeirante, não oporiam a menor dificuldade porque iriam para um local onde houvesse água, luz e esgoto; enfim, uma cidade satélite perfeitamente organizada. Não deixam, portanto, de ter razão, uma vez que não há lugar determinado para sua mudança. A Direção, da NOVACAP deseja localizá-los em Taguatinga ou Sobradinho, a "trouxe-mouxe", desorganizadamente. Constituirá porém grave erro. O Senhor Israel Pinheiro, o maior responsável pela obra que é Brasília, devia ter resolvido a tempo o problema, a fim de evitar essas reclamações, em parte justas.⁶⁷

Com uma visível ausência de projeto para receber aqueles que vieram construir a capital, o inchaço populacional tornou-se realidade. Diante desse problema, entre os discursos realizados no Congresso Nacional surgiam várias opiniões sobre como ele deveria ser resolvido. Paulo Fender, por exemplo, defendia o fim da Cidade Livre, mas demonstrou também uma preocupação com os moradores, desejando que a eles fossem oferecidas melhores condições. Infere-se que, para ele, seria mais fácil acabar com o problema de infraestrutura fazendo o núcleo desaparecer.

Não desejaria a permanência da Cidade Livre. Quando o ilustre Senador Lobão da Silveira advogou, nesta Casa, os direitos dos habitantes da Cidade Livre, tive ocasião, algumas vezes, de apartear-lo, porque as teses humanas muito me preocupam, como preocupam a V. Ex.^a e a todo o Senado. Mas, um esteta de Brasília não poderia entender uma cidade tão mal-arranjada. Nem cidade é. Desejo que se extinga a Cidade Livre, mas que se transfiram os habitantes condignamente.⁶⁸

Por sua vez, o deputado Bezerra Leite (PTB - Pernambuco), explanou que a transferência dos moradores da Cidade Livre para outras cidades-satélites não seria interessante, pois de modo semelhante ao núcleo, elas também não tinham, no momento, infraestrutura suficiente para acolhê-los adequadamente.

A transferência da população da Cidade Livre para as cidades satélites vai trazer sérios transtornos, pois estas mal podem atender, em termos de serviços assistenciais, ao povo que ali habita. Qualquer reforço da população a essas cidades satélites exigirá enorme esforço dos poderes públicos, para a assistência e o atendimento das necessidades mais imediatas. Fica aqui, portanto, o meu apelo ao Prefeito Paulo de Tarso, no sentido de que se instale um grupo de trabalho para criar condições de vida naturais e regulares nas cidades satélites, a fim de que nelas se acomodem as populações que para ali se estão mudando.⁶⁹

Sem que a Prefeitura apresentasse alternativas e diante do sofrimento da população, alvo de perseguições e remoções de suas moradias, os congressistas passaram a intensificar as

⁶⁷ Anais do Senado.1960. Livro 9 (02.06 - 30.06) p. 516

⁶⁸ Anais do Senado.1961. Livro 12 (01.09 - 15.09) p. 261

⁶⁹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 13.jul.1961, Seção I, p. 4815).

críticas às medidas adotadas pelo governo local. Exigiam respostas e providências do poder executivo, especialmente quanto ao tratamento dado aos moradores. Entre as críticas, é abordado pelo senador Lobão da Silveira o fato de que o próprio prefeito, quando ocupava o cargo de deputado federal, tratou de lutar pela fixação da Cidade Livre por meio de um projeto de lei.

Quer dizer, ambos, discordávamos com a mudança precipitada, rápida, violenta, que se pretendia impor aos moradores do Núcleo Bandeirante, para o Plano Piloto. Continuo na mesma situação em que me coloquei; S. Exa., no entanto, mudou. Àquela oportunidade, o Senhor Deputado Paulo de Tarso, hoje, Prefeito de Brasília, apresentou, na Câmara dos Deputados, Projeto de Lei que tomou o nº 1.890, dispondo sobre a localização, fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante. Agora, exercendo a administração da municipalidade de Brasília, o Sr. Paulo de Tarso toma posição contrária. O ex-Prefeito Israel Pinheiro deve estar regozijando-se, porque o Sr. Paulo de Tarso, que o combatia na Câmara dos Deputados, como Prefeito espousa os pontos de vista do seu antecessor e os executa. Portanto, viva o ex-Prefeito Israel Pinheiro.⁷⁰

Seguindo a mesma linha, o deputado Breno da Silveira apresentou um requerimento solicitando esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo prefeito Paulo de Tarso. O documento, composto por 16 itens, questionava diversos aspectos do processo de transferência dos moradores da Cidade Livre: o destino dessas famílias; o número de operários e domésticos já removidos; o tipo de contrato firmado entre a prefeitura e os comerciantes transferidos; as condições de entrega dos lotes na Asa Norte ou em outras áreas; a existência de financiamento para compra e construção — e, em caso afirmativo, quais os órgãos responsáveis e as condições oferecidas. Além disso, o deputado indagava se os trabalhadores da Cidade Livre teriam prioridade na obtenção dos lotes e se estes seriam distribuídos gratuitamente; quem determinava e executava a desmontagem das casas; se essas ordens eram dadas por escrito ou verbalmente; quanto a prefeitura planejava gastar com a transferência; se havia planos de urbanização; quais estudos já haviam sido realizados; e qual seria o destino da área atualmente ocupada pelo Núcleo Bandeirante.⁷¹

Por outro lado, frente a todas essas críticas, alguns deputados não acreditam que o prefeito seria responsável por medidas violentas realizadas contra a população do núcleo provisório. Nesse sentido, Geraldo Freire (UDN - Minas Gerais) referindo-se à “expulsão violenta de um grupo de mulheres decaídas da Cidade Livre, as quais ficariam expostas ao relento na estrada”⁷², declarou que

⁷⁰ Anais do Senado.1961. Livro 6 (16.06 - 30.06) p. 813

⁷¹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 11.jul.1961, Seção I, p 4.756)

⁷² DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 18.jul.1961, Seção I, p. 4909)

O caso certamente alarmou-me de maneira estranha e, então, conhecendo muito bem as qualidades morais e a formação espiritual do Prefeito Paulo de Tarso, procurei informar-me a respeito. Posso, agora afiançar a V. Exa, que há um equívoco. O Prefeito Paulo de Tarso não mandou despejar mulheres perdidas, de forma alguma. Essa ocorrência nada tem a ver com o plano de mudança da Cidade Livre. S. Exa. ao tomar conhecimento do fato determinou ao seu Chefe de Gabinete que entrasse em entendimentos com todas as pessoas que pudessem dar pormenorizadas notícias a fim de que tudo se resolvesse, dentro dos altos princípios de humanidade.⁷³

Breno da Silveira novamente mostraria-se fundamental na luta pela fixação. No dia primeiro de novembro de 1960 ele apresentou ao Plenário Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.730, que considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal, e dá outras providências.⁷⁴ Justificando a importância do Projeto, ele explana que

A “Cidade Livre”, dentro da concepção dos arquitetos e urbanistas do atual Distrito Federal, deveria desaparecer com a instalação da Capital, tanto assim que só eram permitidas construções de madeira, terrenos cedidos mediante contrato de comodato, com o prazo de 4 anos, não havia água encanada, esgoto e luz. Entretanto, a cidade foi crescendo, tornando-se economicamente poderosa, um verdadeiro satélite da nova Capital, concorrendo para o seu abastecimento, grande empório comercial, oferecendo aos consumidores os artigos mais variados. Em consequência, surgiu o conflito, se deveria ser destruída, riscada ou permanecer, dando-lhe, já agora, um aspecto melhor e mais urbano. Nesta luta, que é ainda recente, o próprio Senhor Presidente da República participou determinando, afinal, que lá permanecesse. Inegavelmente, o Núcleo Bandeirante se apresenta como marco histórico na construção de Brasília, um verdadeiro núcleo de onde se irradiou a capacidade de trabalho dos técnicos e dos operários. A luta indômita de uma população, pequena mais varonil, num território estéril e longínquo de todos os centros civilizados. É localidade típica e variada; não há plano diretor, não há zoneamento, ao lado do comércio, existe a residência, é livre a atividade humana, como livre nasceu e livre deve permanecer. Será, com melhor aspecto, cartão de visita de Brasília, um exemplo como de um centro tão pequeno, pode surgir uma capital tão grandiosa.⁷⁵

Além de apresentar o projeto de fixação do Núcleo Bandeirante, o deputado pela Guanabara solicitou à Câmara que o tema fosse tratado com urgência. As condições precárias em que viviam os moradores da Cidade Livre preocupavam grande parte dos congressistas. Assim, no dia cinco de julho de 1961, ele declarou:

Sr. Presidente, apenas quero, nesta oportunidade, trazer ao conhecimento da Câmara que, apesar de todos os entendimentos havidos com o nosso amigo e companheiro, Prefeito Paulo de Tarso, continua a Cidade Livre em pânico. Há dias, realizou-se uma reunião, em presença do Deputado Fernando Ferrari, do Deputado Aurélio Vianna, do Sr. Prefeito de Brasília e seus assessores, oportunidade em que foram longamente debatidos todos esses assuntos. Houve inclusive um compromisso de honra do Sr. Prefeito, no sentido de aguardar que fosse votado aqui o projeto sobre a Comissão do Distrito Federal, aliás, já na pauta dos nossos trabalhos, como também aquelas outras proposições relativas ao problema, um deles de autoria do próprio Chefe do Executivo Municipal. Assim, votada em conjunto, certamente em regime de urgência, essa matéria ficaria a Câmara em condições de decidir definitivamente a questão e seguir a orientação dos técnicos da atual Prefeitura do Distrito Federal.

⁷³ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 18.jul.1961, Seção I, p. 4909)

⁷⁴ PL 2.370/1960. [Portal da Câmara dos Deputados](#)

⁷⁵ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.nov. 1960, Seção I, p. 7849)

Ora, infelizmente, o desassossêgo permanece na Cidade Livre. Somos procurados, diariamente, por moradores do Núcleo Bandeirante, que nos vêm pedir proteção, reclamando inclusive a nossa presença. Tive, ainda hoje, a oportunidade de ir até lá, entre 11:30 e 12 horas para verificar pessoalmente a veracidade das queixas. [...] Sr. Presidente, quero fazer um apêlo ao nosso colega, Deputado Paulo de Tarso — aliás presente no momento — no sentido de que atenda a esta situação; compadeça-se o seu coração de democrata cristão dessa desgraça que atinge dezenas e dezenas de criaturas, pequenos comerciantes e humildes trabalhadores que não podem, de forma alguma, continuar passando por êsse vexame de ficarem sem moradia e sem local de trabalho. Que S. Exa., o Sr. Prefeito Paulo de Tarso, aguarde a solução prometida pela Câmara com a aprovação do Projeto de lei que cria a Comissão do Distrito Federal. Não teremos dúvida, então, em dar a S. Exa. todos os meios de que carece para urbanizar, não só a Cidade Livre — e temos certeza da aprovação de seu projeto — mas também os outros núcleos satélites. Não podemos é tirar os moradores da Cidade Livre e jogá-los em lugares piores, onde não há urbanização nem higiene, como a cidade de Taguatinga e outras adjacentes.⁷⁶

Dando continuidade a esse ensejo, foi divulgado pelo *Jornal da Cidade Livre*, no dia sete de julho, que, com as assinaturas dos líderes José Maria Alckmin (PSD), Almino Afonso (PTB) e Nestor Duarte (então no exercício da liderança da bancada do Governo), o encaminhamento à Mesa da Câmara Federal, na véspera, de um pedido de urgência para a discussão e votação dos projetos de lei referentes à fixação e urbanização da Cidade Livre⁷⁷. Assim se encontra na íntegra o texto do pedido de urgência,

Sr. Presidente, os líderes infra-assinados vêm, na forma do Regimento Interno, pedir à Vossa Excelência faça incluir na Ordem do Dia, em regime de urgência, o Projeto número 2.370 de 1960 e os demais sobre a mesma matéria (Anexados os projetos números 1.843/60 — 1.890/60 — 2.053/60 — 807/59 — 3.023/61). Em 5 de julho de 1961. a) José Maria Alckmin; Almino Afonso; Nestor Duarte⁷⁸

Com o avanço desses projetos e após um mês de tramitação, a esperança e a euforia pela fixação definitiva da Cidade Livre cresceram entre os moradores. Além disso, o *Jornal da Cidade Livre* noticiou: “Não há outro assunto nas rodas de cafés, bares ou esquinas. Nas casas e nas ruas, só se fala no dia da aprovação definitiva da fixação e urbanização do Núcleo. Deputados e senadores, hoje, na Cidade Livre, são ídolos.”⁷⁹

Como os seis projetos defendiam, em essência, o mesmo objetivo — a fixação do núcleo provisório —, eles foram unificados de modo a reunir e aproveitar o que havia de mais relevante em cada um. Assim, o JCL informou no dia seis de agosto que

Já anteontem o deputado Maurício Joppert (UDN-Guanabara), grande professor de Engenharia e presidente do Clube de Engenharia, que em outras oportunidades se manifestou a favor da urbanização da CL, estudava cuidadosamente, na Comissão de Finanças da Câmara, a formação de um substitutivo que reúna o que há de melhor nos seis Projetos de Lei existentes sobre a matéria e que venha de encontro aos

⁷⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 05.jul.1961, Seção I, p. 4.573)

⁷⁷ Correio Braziliense, 07 de julho de 1961, Edição 364: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4516

⁷⁸ Correio Braziliense, 07 de julho de 1961, Edição 364: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4516

⁷⁹ Correio Braziliense, 06 de agosto de 1961, Edição 389: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4796

interesses de todo o povo do NB. A entrega do caso aos deputados Maurício Joppert, Breno da Silveira e Aurélio Vianna, já é por si só uma garantia de que os moradores da CL terão no Projeto definitivo a ser aprovado, o que de melhor se pode esperar para eles e para o Distrito Federal”⁸⁰

Após a análise dos seis projetos de fixação do Núcleo Bandeirante, o deputado Maurício Joppert (UDN – Guanabara) elaborou um projeto substitutivo — conhecido como *Substitutivo Joppert*⁸¹. No dia vinte e quatro de agosto, essa proposta foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Finanças da Câmara, um feito amplamente comemorado por todos que defendiam a fixação da Cidade Livre. Acreditava-se, então, que a vida dos moradores estava prestes a mudar. No entanto, o projeto ainda precisaria passar por outras instâncias de aprovação.

Provavelmente, esta semana ainda o substitutivo Joppert tramitará por todas as Comissões da Câmara, devendo ser submetido a discussão e votação pelo Plenário logo no início da próxima semana. A forma encontrada pelo deputado Maurício Joppert na formação do seu substitutivo aos seis Projetos de Lei existentes a respeito da fixação e urbanização da Cidade Livre foi, segundo o parecer geral, a melhor, pois ele aproveitou o essencial de cada um dos Projetos, juntando-o, a sua experiência administrativa e à sua técnica emérita.⁸²

Com um Congresso que mostrou-se a favor, em sua maioria, à fixação do Núcleo Bandeirante, parecia questão de tempo o êxito da população. Esse cenário fez com que os moradores da Cidade Livre comparecessem em grande número às galerias da Câmara dos Deputados.

Desde os primeiros instantes desta luta da Cidade Livre que já marcha para três meses de sofrimento e expectativa os seus moradores têm demonstrado uma fé e uma confiança inabalável no Congresso Nacional. Assim, sempre que os habitantes do NB têm conhecimento de que algo vai ser discutido no Congresso a respeito dos seus destinos, enchem as galerias como podemos observar na primeira foto, revivendo os dias das grandes decisões do nosso parlamento.⁸³

⁸⁰ Correio Braziliense, 24 de agosto de 1961, Edição 404: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4796

⁸¹ Correio Braziliense, 24 de agosto de 1961, Edição 404: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4796

⁸² Correio Braziliense, 24 de agosto de 1961, Edição 404: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4796

⁸³ Correio Braziliense, 05 de agosto de 1961, Edição 388: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4788



Figura 8: Correio Braziliense, 05 de agosto de 1961, Edição 388

Tanto os parlamentares quanto os moradores estavam convictos de que a fixação da Cidade Livre seria uma realidade, se tudo continuasse a ocorrer neste ritmo. Contudo, um novo fato vem atingir o fluxo de tramitação do Projeto de fixação.

Infelizmente, quando já se contava com a impossibilidade para ser tratado o caso da Cidade Livre e parlamentares preparavam-se para apresentar os pioneiros à Câmara como prova de que eles querem a fixação, vem o impacto que minutos depois empolgaria a Nação: renunciara o Presidente da República, sr. Jânio Quadros.⁸⁴

Entretanto, esse novo fato pôde acalmar um pouco os moradores da Cidade Livre, já que viam em Ranieri Mazzilli — Presidente da República interino,

um homem capaz do desempenho de seu grande papel, cioso de suas responsabilidades, além de distinguirem em sua personalidade o amigo que sempre demonstrou, com gestos de solidariedade, aos homens do Núcleo Bandeirante, à causa da Cidade, justa e humana.⁸⁵

Nesse momento, as incertezas que marcavam o cenário político brasileiro afetaram profundamente o andamento do processo de fixação do Núcleo. As campanhas contrárias⁸⁶ e

⁸⁴ Correio Braziliense, 26 de agosto de 1961, Edição 406: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4976

⁸⁵ Correio Braziliense, 26 de agosto de 1961, Edição 406: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/4976

⁸⁶ Essa campanha formada por uma coalizão política, setores militares conservadores objetivava não permitir a posse de João Goulart como Presidente da República, por irem contra a Constituição Federal, é considerada anti-legalista

favoráveis⁸⁷ à investidura de João Goulart no cargo de presidente desencadearam uma crise institucional no país. Por fim, estabeleceu-se, por meio de um acordo político, que João Goulart assumiria a Presidência da República. Contudo, durante esse período, o Brasil passaria a adotar o regime parlamentarista.

Com intensa mobilização da população da Cidade Livre e o respaldo de parlamentares, o projeto substitutivo de fixação apresentado por Maurício Joppert obteve sucessivas aprovações nas comissões do Congresso Nacional. Em 25 de outubro de 1961, o Plenário do Senado Federal aprovou a redação final do Projeto de Lei nº 2.370⁸⁸. O senador Lobão da Silveira comentou essa conquista felicitando os pioneiros que buscavam essa conquista.

A aprovação do Projeto de Lei que fixa e urbaniza o Núcleo Bandeirante, representa a vitória de um ano de lutas dos pioneiros de Brasília, daqueles que acudiram ao apelo do Presidente Juscelino Kubitschek para construir essa moderna capital e que vieram, de todas as partes do Brasil, para se localizar naquela região. Disse, certa vez, que tinha havido um erro inicial, porque aqueles que construíram Brasília deviam ter fixado logo o Núcleo Bandeirante como cidade-satélite. Isso, porém, não ocorreu. Os pioneiros vieram, se instalaram na Cidade Livre, chamada Núcleo Bandeirante, e construíram suas habitações e ali ficaram, permaneceram e sofreram durante mais de um ano uma pressão terrível dos Prefeitos de Brasília, mormente do Prefeito Paulo de Tarso, que impôs toda uma série de violências com o objetivo de tirar a força a população daquele local. Todos, porém, estavam radicados e tinham amor à terra. Aquele núcleo deve ficar com uma cidade tradição, uma cidade relíquia ao lado da nova capital, dos pioneiros que abandonaram seus Estados e ali se instalaram para construir Brasília. Nesta hora em que o Senado Federal aprova o projeto que urbaniza e fixa a Cidade Livre, quero congratular-me com todos aqueles pioneiros, que tiveram, fé, ânimo e coragem, que não desanimaram na luta a que se propuseram para permanecer naquele local que eles primeiro viram, localizaram e fixaram para morar e vir trabalhar no Plano Piloto, que é Brasília. Daqui, portanto, minhas congratulações e a justificação do meu voto, que simboliza um ano de luta em prol daquela gente, pois fui a primeira voz que se levantou no Senado em defesa dos pioneiros de Brasília.⁸⁹

Após passar pelas duas casas do Congresso, o projeto foi sancionado como Lei nº 4.020, em 20 de dezembro de 1961.

Inicialmente exitosa, a estratégia mostra-se ineficaz no contexto de mudanças políticas promovidas pela renúncia de Jânio Quadros. Entretanto, o sucessor de Jânio, João Goulart, mostrou-se simpático à causa do MPF, e disposto a arregimentar apoio para a sua frágil base governista, decide, com o apoio dos parlamentares, aprovar o Projeto de Lei nº. 4.020, de 20/12/1961, ratificando o Núcleo Bandeirante como cidade satélite de Brasília.⁹⁰

⁸⁷ A favor de João Goulart, a Campanha da Legalidade, encabeçada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, lutou para que João Goulart pudesse ser empossado como Presidente da República, após a renúncia de Jânio Quadros.

⁸⁸ Diário do Congresso Nacional (DCN, 26.out. 1961, Seção I, p. 7.973)

⁸⁹ Anais do Senado.1961. Livro 18 (01.12 - 15.12) p. 216

⁹⁰ SILVA, Hélio Mendes da. De “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre (anos 50 do séc. XX – tempo presente). 2011. 103 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 15.

Após meses de luta por moradia e dignidade, parecia chegar ao fim todo desassossego na Cidade Livre, agora denominada oficialmente de Núcleo Bandeirante. O primeiro passo — a fixação — foi atingido, restava agora continuar a cobrança para que a urbanização fosse também uma realidade. Nesse sentido, o art. 2º desta lei dispõe que “a fim de ocorrer às despesas com a instalação do Núcleo Bandeirante fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$200.000.000.00 (duzentos milhões de cruzeiros)”⁹¹. Além disso, é importante destacar outros dispositivos: o parágrafo único estabelece que a localidade do Núcleo Bandeirante não poderia ser transferida para outra área, além de proibir a construção e reconstrução de imóveis de madeira. No entanto, a lei não apresentou uma delimitação precisa da área que passaria a constituir a nova cidade-satélite.

Resultado de muita mobilização, união e uma luta incansável, a população da Cidade Livre alcançou a sua sonhada fixação. Entretanto, não deixaram de reconhecer o importante papel que tiveram os parlamentares nessa empreitada. Por meio de comícios na cidade, discursos e denúncias no Congresso Nacional, eles tornaram possível a fixação do Núcleo Bandeirante. A esse respeito, segundo Else Haine⁹², não fossem os parlamentares, a população da Cidade Livre teria sido retirada.

Tinha muito. Não lembro bem o nome dos candidatos, mas tinha muitos deputados que ajudavam a gente, na Câmara eles já torciam para o Núcleo Bandeirante não sair, se não fosse com a ajuda deles nós tínhamos saído, tinha acabado, era para acabar mesmo. Não era para ficar, diziam que isso aqui ia ser um parque de diversão, pelo menos a primeira conversa era essa, e nós não quisemos sair.⁹³

⁹¹ LEI 4.020, de 20 de dezembro de 1961: [Portal da Câmara dos Deputados](#)

⁹² Else Pereira Haine foi pioneira de Brasília e moradora da Cidade Livre, além de depoente para o Programa de História Oral, do Arquivo Público de Brasília.

⁹³ HAINE, Else Pereira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 30p.

CONCLUSÃO

Como expoente de um momento na história de Brasília em que a principal luta por direitos era o direito à moradia, o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante conseguiu alcançar parcialmente a sua reivindicação. Lutando contra uma política de afastamento e erradicação tanto do Poder Executivo Federal quanto da Prefeitura do Distrito Federal, esse movimento conseguiu sucesso devido a alguns fatores: a grande mobilização realizada; a quantidade de indivíduos que aderiram à causa; a composição de diferentes níveis de renda entre participantes do movimento; assim como o apoio de parlamentares e da imprensa.

O objetivo principal desta pesquisa, conforme estabelecido na introdução, foi de analisar como os depoimentos coletados pelo Programa de História Oral sobre a Formação do Núcleo Bandeirante, o *Jornal da Cidade Livre*, e as declarações de parlamentares se combinaram tornando possível a fixação do Núcleo Bandeirante.

Em relação aos depoimentos orais e ao *Jornal da Cidade Livre*, é visto no primeiro capítulo que ambos denunciam a maneira que a presidência e a prefeitura trataram a questão da erradicação da Cidade Livre. Anteriormente, quando ainda buscava ser eleito presidente, Jânio Quadros compareceu na cidade e prometeu cuidar da fixação e urbanização daquele núcleo provisório, o que não foi a realidade quando eleito.

Além disso, Paulo de Tarso, deputado federal do estado de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão, propôs o Projeto de Lei nº 1.890 que previa a urbanização do Núcleo Bandeirante, entretanto, quando foi indicado ao cargo de Prefeito pelo então Presidente Jânio, mostrou-se contrário à causa da fixação do núcleo. Nesse sentido, as duas fontes abordam a insatisfação da população com essas traições.

Numa resolução simplista do problema, foi indicado que o núcleo provisório deveria desaparecer após a inauguração de Brasília, em 1960. Desse modo, inaugurada a nova capital, começou uma política de desarticulação da Cidade Livre, que havia crescido de uma forma acelerada e exorbitante em razão de seu atrativo comércio.

A população decidiu se unir pelo combate à erradicação, o que demonstra um sentimento de solidariedade entre diferentes classes sociais, pois na composição populacional do Núcleo Bandeirante, havia uma grande quantidade de comerciantes, funcionários, operários e hipossuficientes. Dessa união, fica explícita a diferença de motivações para a fixação da

Cidade Livre, enquanto operários e hipossuficientes almejavam principalmente a manutenção de seus lares, comerciantes não queriam perder o excelente mercado naquela área.

Por conseguinte, na luta pela fixação acontecem algumas desarticulações entre o Movimento. Até mesmo a Prefeitura mostrou uma discricionariedade na intenção de transferência dos indivíduos. Para ela, os comerciantes e indivíduos com uma melhor situação financeira deveriam ser transferidos para a nascente Asa Norte, com o intuito de que eles ajudassem no abastecimento dessa cidade. Aos operários e aos considerados “invasores” restava-lhes a transferência para as cidades-satélites como Gama e Taguatinga. Com essa diferença no processo, há dentro do movimento uma crítica aos comerciantes que aceitavam a proposta de transferência da prefeitura, alegando que eles estariam enfraquecendo o movimento.

O *Jornal da Cidade Livre*, teve sua possível primeira veiculação no dia três de junho de 1961, e prometeu estar à frente da reivindicação dos moradores, principalmente na defesa da fixação e urbanização da Cidade Livre. Durante seu funcionamento – provavelmente até 27 de agosto de 1961, com praticamente uma publicação diária nas folhas do *Correio Braziliense*, mostrou-se bastante atuante com críticas à Prefeitura do Distrito Federal. Além disso, trouxe vários depoimentos de parlamentares em suas edições, trazendo esperança aos que acreditavam na fixação. O jornal começou a desaparecer quando houve a renúncia de Jânio Quadros, e o *CB* passou a noticiar primordialmente a crise política instaurada a partir daquele momento.

Por outro lado, no segundo capítulo analisamos as declarações sobre a fixação do Núcleo Bandeirante realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre 1960 e 1961. Existem aqui vários discursos. Deputados e senadores divergem em seus pensamentos sobre a questão da Cidade Livre. Foram feitas declarações que expressam um sentimento de repulsa ao modo como se encontra a situação da região – são ressaltados pontos como a desorganização, mal alojamento, mau-cheiro, “verdadeiro conglomerados de favelas”, “favelas mais feias que as do Rio de Janeiro”.

Nesse sentido, tomando como exemplo o Senador Caiado de Castro (PTB), existe a admiração pelo modo como a Prefeitura está agindo para “corrigir o que de errado existe no Núcleo Bandeirante”. Ademais, em outras declarações suas é possível visualizar a desigualdade existente na cidade, quando diz que ele e o senador Novaes Filho, que têm mansões próximas ao local: “fomos obrigados, eu pelo menos – a contratar um cidadão para promover a expulsão de invasores que ali se fixaram.” Assim, é possível inferir que a

admiração desse senador pela atuação da prefeitura é até mesmo por uma causa particular – retirar os invasores da proximidade de sua mansão.

Já na Câmara dos Deputados, o deputado federal pela Guanabara, Breno da Silveira (PSB), mostrou-se um dos mais confiáveis aliados na causa de fixação do Núcleo Bandeirante. Constantemente defendia a população da Cidade Livre na cúpula da Câmara, denunciando as ações tomadas pela Prefeitura. Fazendo um apelo ao Prefeito Paulo de Tarso, ele pede que se compadeça daquela situação lamentável que afetava inúmeros pequenos comerciantes e trabalhadores humildes, os quais não podiam continuar sofrendo o constrangimento de ficar sem moradia e sem local de trabalho. Além disso, organizou comícios na cidade para que pudesse manter a população informada sobre os debates que tratavam sobre a fixação.

Silveira ainda foi o responsável pelo Projeto de Lei da Câmara nº 2.370, do dia primeiro de novembro de 1961, que “considera cidade-satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal”. Nos depoimentos orais e no *Jornal da Cidade Livre*, Breno da Silveira sempre é lembrado como um dos principais responsáveis pelo sucesso da fixação do Núcleo Bandeirante.

Em síntese, notam-se diferenças quanto às maneiras com que o Congresso Nacional pensava a questão da fixação. Enquanto alguns preocupavam-se com a questão da violência sofrida pelos moradores e com a desassistência vivenciada por eles, outros pensavam no que a fixação ou a erradicação poderia trazer em benefício próprio. Além disso, mostra-se um debate muito complexo, pois há deputados e senadores que acreditavam que a erradicação da Cidade Livre podia ser o único caminho para que acontecesse, no futuro, um crescimento controlado e organizado da população. Entretanto, para eles, essa desarticulação da cidade e consequente transferência dos moradores deveriam ocorrer de uma forma mais responsável e cuidadosa pela Prefeitura. Por outro lado, havia aqueles que defendiam a fixação do núcleo, com incrementos do saneamento básico, do serviço de água e do serviço de luz, pois defendiam que uma transferência dessa população seria muito dispendiosa tanto no quesito financeiro quanto no quesito operacional.

Após todo esse embate entre a Prefeitura do Distrito Federal, Congresso Nacional e moradores da Cidade Livre, foi sancionada pelo Presidente João Goulart a Lei Federal nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961, que considerou cidade-satélite o Núcleo Bandeirante. Esta lei foi originária da Câmara dos Deputados e proposta por Breno da Silveira (PSB) quase um ano antes. Considerada uma grande vitória dentro do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, esta lei reconheceu a importância dos trabalhadores e comerciantes

que ajudaram a erguer a nova capital. Além de proibir a construção ou reconstrução de imóveis em madeira, ela fixou a permanência definitiva do núcleo, não podendo ele ser removido para qualquer outra localidade. Essa fixação não estabeleceu nenhuma delimitação geográfica detalhada do que seria considerado parte do Núcleo Bandeirante, o que pode ter possibilitado a transferência e remoção de vilas próximas, como foi o caso da erradicação da Vila do IAPI.

Embora expresso em seu artigo segundo uma autorização, ao Ministério da Fazenda, para conceder um crédito especial de duzentos milhões de cruzeiros para a instalação do Núcleo Bandeirante, é declarado pelos moradores que a urbanização, depois de resolvida a fixação, se tornou uma preocupação para outro momento.

Assim, é evidenciado que todo esse processo de luta pela fixação da Cidade Livre passou por várias complexidades e diversidades de objetivos e motivações. Há uma diversidade na composição da população e há também diferenças no que pensaram os deputados e senadores. Não obstante, o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante parece ter obtido sucesso justamente por sua diversidade. Os comerciantes dependiam da grande massa de operários, e estes dependiam do financiamento dos comerciantes ao movimento.

Por conseguinte, como a Cidade Livre abastecia praticamente toda a região da nova capital, os comerciantes estabeleciam contato direto com políticos, o que favorecia também a exposição da reivindicação no Congresso Nacional. Outro ponto de grande importância para o êxito do movimento aparenta ser a renúncia de Jânio Quadros do cargo de Presidente da República, pois o modo com que ele pensava a Cidade Livre não correspondia à reivindicação da população.

Por fim, pode-se dizer que a fixação da Cidade Livre foi mais benéfica para os comerciantes do que para os considerados “invasores”, visto que a fixação do núcleo proibiu a reconstrução de moradias em madeira, fazendo com que aqueles que habitavam esse tipo de domicílio tivessem mais dificuldades para sua realocação. Além disso, a escolha de não ter estabelecido uma delimitação geográfica do que seria considerado ou não como Núcleo Bandeirante, permitiu uma discricionariedade futura de uma política de erradicação de habitações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Histórias Dentro Da História** (Fontes Orais). In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

BEÚ, Edson. **Expresso Brasília: a história contada pelos candangos**/ Edson Beú. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

BEÚ, Edson. **Os Filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia**/ Edson Beú. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. v. 3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (Terceira República – 1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **A Capital da Segregação e do Controle Social: uma avaliação da ação governamental na área de habitação**. São Paulo, ANNABLUME, 1995.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos** (Fontes impressas). In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154
SHARPE, Jim. **A História vista de baixo**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. p. 39-62.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade, um meio para muitos fins (1956 - 1961)**. Vitória, EDUFES, 1998.

OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. **Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)**. 2021. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2021

PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991..

PAVIANI, Aldo. **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, Hélio Mendes da. **De “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre (anos 50 do séc. XX – tempo presente)**. 2011. 103 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista**. In: PAVIANI, Aldo. A conquista da cidade:

movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

SOUZA, Matheus Oliveira Machado de. **Em busca de cidadania : atuações políticas dos trabalhadores da construção civil em Brasília (1957-1964)**. 2021. 99 f.; il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

VENTURA, Lidnei. **Memória ética e reparação nas teses sobre o conceito da história de Walter Benjamin**. Veritas (Porto Alegre), [S. l.], v. 65, n. 3, p. e36726, 2020. DOI: 10.15448/1984-6746.2020.3.36726. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/36726>. Acesso em: 13 fev. 2025